

# Discursos e Notas Taquigráficas



## CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Reunião: X\_0031/99

Hora:

Data: 21/01/1999

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO  
NÚCLEO DE REVISÃO DE COMISSÕES  
TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

REUNIÃO DA BANCADA DO PARTIDO DOS TRABALHADORES: Reunião de Bancada Nº: X-0031/99 DATA: 21/01/99 DURAÇÃO: 3h12min PÁGINAS : 66 QUARTOS: 39 REVISORES: ANDRÉA MACEDO, ANTONIO, CLÁUDIA CASTRO, CLÁUDIA LUÍZA, CONCEIÇÃO, DÉBORA, ELIANA BRANT, LEINE, MADALENA, MÔNICA, ODILON, PAULO S., VICTOR SUPERVISORES: ANA MARIA, JOSÉ, LETÍCIA, J. CARLOS, LÍVIA

### DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

**SUMÁRIO:** Discussão sobre a conjuntura econômica brasileira. Função da bancada do Partido dos Trabalhadores no enfrentamento da crise financeira nacional e internacional. Reação do partido à estratégia de aprofundamento do neoliberalismo e à submissão à política do Fundo Monetário Internacional.

### OBSERVAÇÕES

Há oradores não identificados  
Há intervenções fora do microfone. Inaudíveis  
Há intervenções paralelas. Ininteligíveis

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Déda) - Companheiros e companheiras, por obséquio, queiram tomar os seus lugares, sob as bênçãos do nosso querido Padre Roque, essa ponte entre nós e a divindade.

Nosso querido Pastor Pinheiro, por favor, assumo seu assento.

Companheira Maria da Conceição Tavares, bom-dia.

Convido o companheiro Aloizio Mercadante, que vai ser um dos expositores nesse primeiro bate-papo sobre a conjuntura econômica brasileira - a companheira Maria da Conceição Tavares e o companheiro, Líder, Eduardo Suplicy já se encontram à Mesa - , e o nosso Presidente do Partido dos Trabalhadores, José Dirceu de Oliveira e Silva, a assumirem seus lugares à Mesa.

Quem esteve em Minas Gerais pôde testemunhar o apreço que o Governador Itamar Franco dedica a José Dirceu.

Meus amigos, vou pedir mais uma vez aos companheiros que se sentem.. Não vou dar carão em Deputado, mas o assessor que ficar em pé ganhará carão.

O companheiro José Dirceu está por aí? (Pausa.) Deve estar em Belo Horizonte de novo. Impressionante!

Já ouvi: "Companheiros e companheiras", "Brasileiros e brasileiras", "Minha gente". Em Belo Horizonte, terra do Virgílio, ouvi o Governador Itamar Franco começar o discurso com "Montanhese e montanhese". É mole, não? "Montanhese e montanhese..." Então, um abraço no montanhês Virgílio, que acaba de chegar das Alterosas.

Vocês falam assim mesmo, lá, companheiro João Fassarella: "montanhese e montanhese"?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Déda) - Em Governador Valadares o pessoal é mais másculo, né?

Companheiro João Paulo, um dos possíveis sucessores deste modesto Líder, presto minhas homenagens a S.Exa. e espero sua piedade quando estiver no cargo.

Por favor, achem o companheiro José Dirceu, porque sou bolchevique e não abro a reunião sem o Presidente da Mesa. (Pausa.) Já foi uma corrente revolucionária, hoje é uma bolacha cream cracker excelente.

O José Dirceu saiu por quê, meu Jesus?

Vou começar a reunião, pois tenho de ir com o Deputado João Fassarella à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Companheiro José Dirceu...

Se fosse reunião da Executiva Nacional, a essa altura o companheiro José Dirceu já tinha falado "pobreza" vinte e cinco vezes, já tinha chorado, reclamado, já tinha dito que assim não dá, já tinha ameaçado ir para Cuba, mas como é reunião de bancada, tenho de esperá-lo chegar.

Bom, companheiros, conforme foi deliberado pelos companheiros na nossa primeira reunião, hoje, dia 21 de janeiro, faremos uma reunião com pauta exclusiva sobre a organização da bancada, a definição da futura liderança, debate sobre Comissões, Mesa e estruturação da nova bancada.

A coordenação da atual bancada avaliou que era importante e fundamental abrir esta reunião com uma rápida introdução ao tema "Conjuntura", considerando as últimas alterações radicais da conjuntura econômica brasileira e as suas conseqüências também no jogo político: a **débacle** do Plano Real e a crise federativa

declarada a partir do posicionamento dos Governadores de Oposição, Convidamos, então, os companheiros Maria da Conceição Tavares, José Dirceu e Aloizio Mercadante para fazerem uma breve exposição sobre o tema. **(Não identificado)** - Líder Marcelo Déda, essa reunião está sendo gravada?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Déda) - A reunião está sendo gravada, pessoal? (Pausa.)

Está. Pode gravar.

Antes de passar a palavra à Profa. Maria da Conceição Tavares para que faça sua exposição, concedo-a ao companheiro Eduardo Suplicy a fim de que dê uma informação.

**O SR. SENADOR EDUARDO SUP LICY** - Quero apenas informar que por volta das 11h inicia-se a Ordem do Dia no Senado. Terei de estar presente, pois está na pauta o tratado relativo aos presos e não posso deixar de acompanhar essa matéria. Peço licença para me retirar. Mais tarde eu volto.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Déda) - Antes de passar a palavra à Deputada Maria da Conceição Tavares, peço ao companheiro Walter Pinheiro... (Pausa.) Não estando presente o companheiro Walter Pinheiro, peço ao companheiro Paulo Rocha que assuma a coordenação dos trabalhos, pois tenho de ir com o Deputado João Fassarella à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização resolver um pepino. Com a palavra a Profa. Maria da Conceição Tavares.

**A SRA. DEPUTADA MARIA DA CONCEIÇÃO TAVARES** - Meus companheiros da bancada dos quais fui colega, meus companheiros da bancada nova, que continuarei vendo, porque minha intenção é estar por aí uma vez por mês para trocarmos idéias. Não vou me despedir, senão vou começar a chorar.

Bom, vamos lá. O que temos que discutir hoje? O ataque cambial que ocorreu a partir da assinatura do acordo com o Fundo Monetário Internacional, a situação em que estamos e as perspectivas da economia a curto prazo. As de longo prazo, deixo para o Deputado Aloizio Mercadante comentar, pois ele tem mais visão, é mais jovem e mais esperançoso do que eu.

Estou escrevendo um artigo em que digo que todo mundo deve saber que a equipe econômica do Governo teve quatro oportunidades de desvalorizar o câmbio e que apoiava essa decisão no tempo justo - não agora. Não adianta dizer que essa equipe fez bem. Nem foi bem, nem foi mal. Essa equipe teve quatro oportunidades de fazer uma desvalorização controlada. E o que aconteceu agora não foi decisão dela. O mercado, isto é, os banqueiros internacionais forçaram a desvalorização e por isso ela ficou descontrolada.

A prova de que ela é descontrolada é que não há nenhum cálculo conhecido, depois da desvalorização do dólar, que se vem desvalorizando sistematicamente em relação ao euro e ao ien. E depois da deflação de preços brasileira, descontado qualquer aumento de produtividade possível, ninguém previa que fosse necessária uma desvalorização de 30%, a não ser que se acreditasse em uma piada que é comum entre os economistas, a chamada "regra Mailson": "Não existe desvalorização do Brasil menor que 30%, a qualquer taxa de inflação, a qualquer nível de reserva." Essa é uma fixação do mercado. Só que dessa vez ninguém tem a menor idéia se vai haver outra ou não. A única coisa que se sabe é que ela está deslizando continuamente. Quer dizer, fez-se uma tentativa de fixar uma banda em 9%. Alguém que assistiu ao Chico Lopes explicar na televisão como a flutuação seria automática - e a diagonal deve ter gargalhado, porque nós, da profissão, gargalhamos. Imagino que todo mundo deve ter gargalhado - ninguém deve ter entendido porcaria nenhuma e também não era para entender mesmo, porque trata-se de um modelo da cabeça do Chico Lopes. Os científicos da PUC são dados a fazer modelos. O Chico Lopes tem essa característica. É um sujeito sério, não é um picareta, mas ele adora modelos. Em geral, erra mais do que os outros que fazem modelos e também operam em mercado. O Chico não opera em mercado. Ele apenas é consultor na Macrométrica. Mas só isso não dá para sentir o pulso.

Imagino que, na verdade, essa foi a razão que levou o Gustavo Franco a se demitir, porque ele não foi demitido, ele se demitiu. Ele ia ser demitido porque a política tinha se arrombado, mas ele se ofereceu ao Presidente para fazer o último sacrifício. Ele é um homem do Presidente. Ia ficar e fazer aquela desvalorização. Aí esbarrou com o Chico, que quis fazer essa passagem intermediária da banda de 9% - coisa em que ele mesmo não acreditava, nem ninguém. Em todo caso, pode, talvez, se dizer em defesa do oportunismo político que não foi má idéia, porque pelo menos o Malan pôde ir para Washington e ganhou mais um dia. Só que não ganhou mais um dia no tocante às reservas, porque naquele dia saíram

tantas ou mais do que haviam saído na véspera. O ataque não estava previsto - apesar de todo mundo saber que nós éramos a bola da vez depois da Rússia -, para acontecer imediatamente depois da crise da Rússia. Então, a última oportunidade técnica, correta, e, até diria, politicamente convincente de fazer a desvalorização teria sido depois da crise da Rússia, quando poder-se-ia dizer que a culpa era da crise da Rússia e que nós, precavidamente - e tendo esperança de que isso não afetaria a inflação -, poderíamos fazer a desvalorização.

Só que, é claro, ninguém tinha esperança de que isso não afetaria a inflação, e, como todo mundo sabe, não houve decisão técnica. Ali houve uma decisão política do Presidente, que só tinha um instrumento de campanha e trocou o futuro do País pela sua eleição. Pagará por isso tanto na história quanto no **stress** em que parece que anda vivendo, ou no aumento do seu cinismo, que também está aumentando, porque ele diz uma coisa num dia e no dia seguinte diz exatamente o contrário, o que leva muitos jornalistas a dizerem que ele está um pouco autista. Não creio que esteja autista. Creio que está usando os seus talentos de manipulador contumaz.

Essa fuga, na verdade, não ocorreu imediatamente à crise russa. Ao contrário, esta fuga concorreu basicamente a partir de outubro. Quer dizer, o mercado foi condescendente e bancou o Presidente, o mercado financeiro internacional e o interno bancaram a eleição do Presidente. Apenas algumas empresas em má posição interna não conseguiram renovar a dívida de curto prazo. A decisão foi em outubro, quando já havia vencido a eleição, em vez de dedicar-se a fazer um Ministério absurdo, enfim ia ficar enrolando, poderia ter tomado a decisão.

Ainda tinha um colchão de reservas. Na verdade, a decisão tinha de ser tomada em setembro. Houve uma sexta-feira negra, a taxa de juros vinha caindo, as expectativas do mercado lá fora eram ruins, mas se estava discutindo que o Brasil agüentaria. Apenas os economistas profissionais discutiam se deveria adotar a flutuação de câmbio, que foi o que o Chico fez por um dia, ou se deveria adotar o **board**, como fez a Argentina, aproveitando o colchão de reservas.

Foi uma sexta-feira em que não dormi. Foi antes das eleições, e a partir daí realmente forcei a discussão no partido, pesadamente, porque o Deputado Aloizio Mercadante já havia tentando, sem sucesso, e resolveu cuidar

da sua eleição, no que fez muito bem, para isso foi bem eleito, e a única que ficou dando pancadas fui eu. Devo dizer que, espantosamente, na reunião tive o apoio não apenas do Luciano Coutinho, do PSB, como do menino dos cabelos brancos - que é o Teotônio dos Santos! Ele não falou nada; quem falou foi o Brizola, Teotônio diz o que Brizola diz -, nosso menino de Campinas, o do Trabalho, Jorge Matoso, que é um menino equilibrado e sóbrio, que amainou com os demais companheiros o meu conhecido estilo, porque entro de patada e isso não é legal; Lula ficou indeciso, mas aí não tinha jeito. Por que não tinha jeito? Porque eles estouraram a taxa de juros para 50%. Aí não padecia mais a menor dúvida de que estávamos a caminho da trombada e que o plano ia ao diabo.

O programa não era suficientemente longo, como todos se lembram, de modo que não creio que ninguém desta bancada, honestamente, tenha percebido que íamos trombar rápido. Sempre há uma mágica. Ou as pessoas acham que Deus é brasileiro, ou que no fundo eles são tecnicamente competentes, e nós fazemos oposição porque, no fundo, somos oposicionistas.

Precisamos parar com isso dentro da bancada nova, porque nós também somos tecnicamente competentes. Somos oposicionistas sim, mas não à Nação. Nenhum de nós queria um estouro do Plano Real desse tamanho, para depois dizer: "Está vendo? Eu não avisei?" Posso garantir que nem eu nem o Mercadante - Mercadante é um pouco mais jovem, evidentemente teve uma sensação de orgulho; eu, como sou mais velha, tive uma sensação de desespero -, queríamos que essa droga explodisse dessa maneira.

Em seguida, eles anunciaram que não tinha problema, apesar de começar a perder violentamente reservas, que íamos fazer um acordo com o Fundo, com o grupo dos dez países e que eles iam nos emprestar 40 bilhões de dólares. Só que toda a imprensa internacional avisou que os banqueiros internacionais não iam emprestar nada e, mais do que isso, não iam renovar as dívidas de curto prazo dos bancos e das empresas brasileiras e sequer iam renovar o interbancário dos bancos estrangeiros. Efetivamente, a partir daí, perdemos, sei lá, uma brutalidade, 30 a 40 bilhões de reservas.

Foi aí que o Chico Lopes, com aquela ingenuidade que o caracteriza, porque ele é meio Prof. Pardal, anunciou que havia errado. Houve a primeira trombada com o outro que acha que nunca erra. Havia errado, mas não fizeram nada; ficaram esperando o Fundo Monetário - eles e os banqueiros. O Fundo Monetário é a morte anunciada do Real. Tinha data marcada para acontecer: deveria ser depois do Carnaval, como sói ocorrer, ou no começo de março, mas começou a ocorrer antes.

Por que antecipou? Porque assim que entrou a primeira **tranche** do Fundo, com 5 bilhões, e, logo em seguida, bilhões dos outros organismos, 9 no total, o pessoal mandou não apenas 9, mas 10, demonstrando à sociedade que queria antecipar a morte. Não que quisessem antecipar a morte, mas queriam correr antes que a morte ocorresse. Isto é, se a morte estava anunciada para depois do Carnaval, é claro que ninguém ficaria esperando o Carnaval para se mandar. Então, eles começaram a se mandar numa velocidade espantosa, e nós perdemos 5 bilhões até o ataque especulativo que ocorreu na terça-feira, dia 12 de janeiro. Nesse dia, eles aceleraram a remessa. No dia 13, Chico Lopes anunciou a banda, daquela maneira patética. Ele é mau comunicador. Realmente, a idéia de ir para a televisão

explicar a tal da banda... Como na diagonal, quando encostasse no teto, a baixa subiria, foi objeto de gargalhada entre a profissão, entre os próprios colegas da PUC. Vocês imaginem: até os jornalistas olharam e disseram que ele era um mau comunicador. Que mau comunicador! Isso aqui não tinha pé nem cabeça. Era um exercício teórico, daqueles que eles adoram fazer nos seminários da PUC às sextas-feiras.

O mercado lixou-se para a explicação e mandou ver 1,2 bilhão naquele dia, e, no dia seguinte, 1,7 bilhão, para não haver dúvidas. De maneira que em dois dias mandaram 2,9 para fora, com o que, estando se aproximando perigosamente o limite fixado pelo Fundo Monetário de reservas líquidas - eles não contam os próprios empréstimos - deixaram o mercado flutuar. O mercado flutua, mas é sempre uma flutuação suja. Flutuação suja quer dizer o seguinte: ele vai no teto, a 1,60, como foi, o Banco do Brasil, no fechamento, intervém. Não é o Banco Central diretamente. Na verdade, quem manda o dinheiro é o interbancário; manda pelo flutuante, mais do que pelo comercial, porque pelo comercial o Banco Central não vende senão aquilo que está comprometido para pagar naquele dia.

Esse estouro fez com que nos dias do flutuante, segundo consta da nota, o Banco do Brasil interviesse no fechamento do câmbio todo final do dia. O Banco do Brasil tem reservas em dólar porque ele é o operador internacional em Nova Iorque no mercado de dólar e aqui também. É o único banco da República que tem dólares disponíveis. Em geral, queima suas reservas ou compra títulos lá fora para segurar.

Conseguimos uma desvalorização de 8,9, isto é, de 9%, no primeiro dia - foi quando fiz o discurso para o Senador Antonio Carlos Magalhães dizendo que estávamos votando 4 bilhões, e já havíamos perdido, naquele dia, 7, não de reservas, mas de ajuste fiscal. Companheiros, não confundam perda de reservas com ajuste fiscal. O ajuste fiscal decorre do impacto sobre as contas públicas, da desvalorização sobre os passivos em dólar do Governo. O Governo deve a dívida velha, deve os bônus que lançou no exterior e deve os títulos cambiais no montante de 60. Deve 80 mais 60 mais os bônus; deve em torno de cento e tantos bilhões.

Fazendo a conta rapidamente, disse a ele que estávamos votando um ajuste de 4 e ao mesmo tempo injetando um desajuste fiscal de 7. Bom, ontem já houve gargalhada. Ontem foi o segundo ajuste fiscal: fizemos outro de 4 e temos como estimativa de déficit fiscal 17. No primeiro dia da banda, ajuste de 4, desajuste fiscal de 7. Depois da livre flutuação, votamos ontem essa infelicidade dos funcionários de 4 e o desajuste fiscal já era 17.

Os companheiros foram lá dizer isso e confundiram com perda de reservas. Não tem nada a ver com perda de reservas; perda de reservas é outra história, é a moratória que nos espera dentro de provavelmente uma semana, ou cinco dias, se o Malan não conseguir renegociar.

Resumindo a película: com a desvalorização ocorrida até ontem, perdemos, como déficit fiscal da União - não estou contando os Estados. Minas Gerais tinha depositado como provisão 78, está em 160 o que tem de pagar em janeiro. Minas Gerais fez uma provisão de 78 no banco, que o outro disse que ia "incautar", porque a dívida externa é soberana; se "incautar" é um bom negócio para Minas Gerais, porque, objetivamente, Minas tem de pagar cento e sessenta e tantos. Isso é o que ela tem de pagar. Está claro?

É só um dado importante que ele deu ontem. Disse o Presidente do Banco Central - e fui cortesmente visitá-lo - que tínhamos reservas de 36 bilhões. Infelizmente, o Senador não perguntou se nessas reservas estavam incluídos os 9. Acho que ele, para não perturbar o Senador, incluiu os 9, mas ele não pode fazer isso. Então, na verdade, ontem tínhamos 36 menos 9, que totaliza 27. Portanto, estamos chegando rapidamente aos 20. Espero que o Senador, ao inquiri-lo na semana que vem, se já não tiver negociado com o Fundo, se já não tiver sido anunciado que estamos numa encrenca, pergunte qual é a reserva líquida do Brasil, isto é, descontadas as dívidas com o Fundo e com o BIS.

**O SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY** - Sr. Presidente, daqui a pouco votaremos projeto do companheiro Paulo Delgado sobre manicômios. Preciso estar no plenário do Senado, pois a Ordem do Dia está-se iniciando, e em atenção ao projeto do Deputado Paulo Delgado e também ao acordo relativo ao Chile e à Argentina...

**A SRA. DEPUTADA MARIA DA CONCEIÇÃO TAVARES** - Vota a favor.

**O SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY** - Já diagnosticamos que o projeto do Senado é bom, porque o Senado Federal, como manicômio, tem feito com que muitas pessoas melhorem. Essa é a prova concreta. (Risos.)

**A SRA. DEPUTADA MARIA DA CONCEIÇÃO TAVARES** - (Início fora do microfone.) Bom, meus senhores, resumo da película: nós já empurramos para déficit fiscal, até ontem, 17 bilhões de reais, à taxa de ontem. Se a taxa subir, será pior; se o juro subir, será pior. Eles declararam sistematicamente: "Primeiro dia, não desvalorizo." Dia seguinte, desvalorizou. Depois da desvalorização: "Não mexo no juro."

Agora, nosso líder sindical, a quem vou ligar particularmente, nosso Marinho, escreveu um artigo ingênuo - algum assessor o enganou - dizendo, ele e muitos economistas, o seguinte: "Agora, com a desvalorização, os juros podem baixar". Ele escreveu o artigo no dia em que os juros foram de 29% para 36%. O Dr. Marinho precisa ser assessorado em matéria econômica ou não se pronunciar, de preferência, sobre macroeconomia. Sugiro aos companheiros que, em matéria de macroeconomia, não digam besteira, e pelo menos perguntem aos economistas do partido, porque é uma tristeza ver um líder sindical crer que agora, sim, o problema do emprego vai estar resolvido, porque os juros podem baixar. Nem o problema do emprego vai estar resolvido, e os juros não baixaram, mas subiram.

Então, resumo da película, para não perder tempo - depois eu respondo: 1 - aumento dos passivos da União, 45 bilhões de dólares; aumento do déficit da União, 17 bilhões de reais, para as contas em dólar, mais 35 bilhões em reais, se não me engano, porque os títulos estavam no mercado a 26 e subiram para 36. Portanto, títulos do mercado: uma "trombada" de trinta e tantos bilhões de reais; títulos dolarizados, mais juros da dívida externa: uma "trombada" de 17. Quer dizer, conseguimos a maravilha de ter uma "trombada" geral em juros de quarenta e tantos bilhões, quando a conta já era de 80 a 100. Ou seja, os juros são impagáveis, tanto os da dívida externa quanto os da dívida interna. O Brasil agora não está apenas tecnicamente quebrado; está efetivamente quebrado, porque ninguém imagina que seja possível uma nova reforma

fiscal de emergência, com imposto da gasolina, com adicional de renda etc, ou o que eles quiserem, não dá 47 bilhões. Nós não cumprimos a meta de déficit monetário. Não cumprimos! Estávamos em 4 bilhões em outubro, passamos para 8 bilhões, com o coice dos juros em 50, já estamos em mais de 10, e se o juro for no teto, em 47, vamos para o diabo! Portanto, primeiro, o déficit fiscal é incontornável. O que fizemos ontem foi a morte do real, com vampiragem de uma gota de sangue (ininteligível) e em garrote vil. É uma morte em garrote vil! Nunca se viu uma porcaria dessas em lugar nenhum do mundo.

Segundo, a continuar a fuga de 300 a 400 por dia, temos de cinco a oito dias úteis para chegarmos a um compromisso com o Fundo de que, chegando em vinte, das duas, uma: ou não se emite mais títulos da dívida pública e rola-se a que existe à taxa de juro que for - portanto, pode ir para 50, 100, 200 -, ou renegocia-se o acordo com o Fundo. É claro que é por isso que o Malan está prisioneiro. É ridículo imaginar que aquela votação de ontem libere o Malan da possibilidade de ter dificuldades extremas, como ter de renegociar o acordo de cabo a rabo. No entanto, o anúncio do Fundo Monetário - Candessus - foi o seguinte: continua o ajuste fiscal, acelera as privatizações, e sobre a taxa de juro, por causa da inflação. Essa foi a declaração deles.

A inflação não é previsível. O Presidente também disse, num dia, que só teria inflação sobre produtos e automóveis importados. Esqueceu do pão, naturalmente, o primeiro que subiu. A gasolina e a energia subiram hoje. Vai subir tudo. Não me perguntem qual será a taxa de inflação. Não sei! Qual a taxa de desemprego? Não sei. Qual a taxa de recessão? Também não sei. Sei que uma recessão de pelo menos 5% - pelo menos - vamos ter, mas pode ir a 10 ou 14. O desemprego pode ir a 20, pode ir a qualquer coisa. O cenário que nos espera este ano, nos próximos três meses é: a crise cambial terminará com uma moratória técnica, e a dívida das empresas estourou, de umas 60% que não estavam em dólar, vai ser braba e várias vão quebrar. Os bancos, mesmo os que tomaram em dólar, com títulos cambiais, os clientes tomaram deles e, portanto, não podem pagar. Talvez sobre um banco - que vocês sabem qual é - que apesar de ter tomado muito dólar, é apenas 15% do seu patrimônio líquido, enquanto que de outros é 30, 40 etc. Então, há o risco de escapar um banco privado. O Banco do Brasil, quebrado ou não, é irrelevante, pois este não quebra, já que objetivamente tem uma ponte com o Banco Central. Portanto, dificilmente será privatizado, o que é uma tranquilidade. Ninguém pode privatizar um banco completamente quebrado. O Banco Central não fechará as contas, o que também é irrelevante, pois tudo isso é contabilidade.

O problema é recessão e desemprego muito além de nossas previsões de dois meses atrás e déficit fiscal cavalgar e insolúvel. Isso significa que a próxima bancada vai ficar vetando aqui CPMF e o que mais houver, e ainda assistirá a uma repactuação das dívidas dos banqueiros. O PROER da outra vez é uma gracinha comparado a este. Os senhores apostem que primeiro ele repactua os banqueiros; depois repactua, como já repactuaram, a Globo e aquelas todas que anunciei, as grandonas, as dezoito grandes, que estão penduradas no pincel. Depois, repactuarão os Estados, quando tiverem ido, um a um, pedindo esmola. Todos devem ter lido que os três Governadores que iam ser recebidos coletivamente não mais o serão. Todo mundo terá de ir a Antonio Carlos, que já adotou o Mato Grosso

do Sul - e duvido que adote o Rio Grande do Sul. Pode ser que adote o Acre. Não custa nada adotar o Acre e o Mato Grosso do Sul, mas adotar o Rio Grande do Sul, vai ser difícil. Quanto a adotar Minas, é pouco provável,

razão pela qual ontem houve reunião de Secretários da Fazenda, todos os relevantes. Fiz um apelo a todos eles, a partir do próprio Secretário da Fazenda de São Paulo, que fez um discurso duro, para que todos eles - independentemente do fato de que para alguns é o FEF que importa; para outros, é a dívida e para outros, a repartição -, se ponham de acordo sobre uma renegociação pesada e coletivamente sempre se reunissem, para terem mais força. No entanto, temo que, com exceção talvez de alguns Governadores mais importantes, como os de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, nenhum dos outros tenha condições de entrar em nenhuma ação coletiva. Como se sabe, se São Paulo entrar na ação coletiva será por debaixo do pano. Mas, meus companheiros, alianças por debaixo do pano valem a esta altura. Se não conseguirmos fazer alianças por debaixo do pano com alguns devedores quebrados, e pesados, com alguns Governadores da Situação, quebrados, sozinhos não teremos condições de resistir à crise que nos vem em cima.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Déda) - Tem a palavra o companheiro Aloizio Mercadante.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** - Na reunião da bancada, há mais ou menos vinte dias...

**A SRA. DEPUTADA MARIA DA CONCEIÇÃO TAVARES** - Na repactuação com a Globo, eles deram títulos cambiais, permitiram que ele vendesse as ações das Teles - contra a lei - e refizeram a posição deles. Essa foi por debaixo do pano, mas é "carne de vaca no mercado" que houve, porque ainda não estourou. Quando estourar tudo, não creio que seja possível repactuar por debaixo do pano centenas de bilhões de dólares.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** - Na reunião da bancada, há vinte dias, tivemos a oportunidade de fazer uma análise mais detalhada sobre o período, enfim, sobre a inconsistência da estratégia que estava sendo desenvolvida. Queria retomar pelo menos duas idéias-forças, que são importantes para entendermos o sentido geral desse processo.

Primeiro, na crise da dívida dos anos 80, vivemos o esgotamento do modelo nacional desenvolvimentista, do chamado modelo de industrialização por substituição de importações, a grosso modo, que marcou um pouco a trajetória econômica do Brasil desde a crise dos anos 30. No meio dessa crise, com uma recessão profunda, um período de instabilidade econômica prolongado e de inflação, vivemos, nos anos 90, um novo cenário internacional. Foi feita a renegociação da dívida externa a partir do Plano Brady, a retomada da liquidez dos financiamentos internacionais do setor privado, que estavam totalmente restritos, especialmente na segunda metade dos anos 80, e a implantação de um novo projeto, o projeto neoliberal, nos moldes do chamado Consenso de Washington.

No Brasil, vivemos um neoliberalismo tardio. O **impeachment** de Collor e a CPI do Orçamento, aquele período de dois anos, em que houve o início de um novo Governo de transição, ambíguo e indefinido, atrasaram a implantação desse projeto no País. O processo, que começa com Collor, é estancado pela crise política, pela pressão dos movimentos sociais, pelo peso que a Oposição tinha no cenário político e pelo **impeachment**, e é retomado no Governo Itamar Franco, pela equipe de Fernando Henrique Cardoso.

A estratégia fundamental para reconsolidar a base de sustentação social e para implantar esse projeto foi o Plano Real. Desde o início, estamos tentando exatamente focar a discussão econômica no Plano Real e na âncora cambial, que, por sinal, foi uma recomendação do FMI para várias economias com problemas inflacionários e agora é um fracasso generalizado como estratégia de estabilização econômica. A idéia de estabilizar com âncora cambial e juros altos tinha problemas, mesmo considerando as inovações do Plano - como a URV e a forma de desindexação da economia. O eixo da estratégia econômica realmente eram a âncora cambial e os juros altos, ou seja, abertura econômica radical e afluxo muito grande das importações com a sobrevalorização do real pressionavam os preços internos e mantinha a economia estabilizada. Assim, era possível financiar um déficit crescente do balanço comercial e do de transações correntes com empréstimos externos, que eram obtidos fundamentalmente com a liquidação do patrimônio público. Este Governo vendeu 76% das empresas estatais, liquidando o patrimônio público e mantendo os juros nas maiores taxas da economia internacional, para atrair o capital especulativo, que fechava o déficit de transações correntes. Então, o déficit de transações correntes foi superior a 4% do PIB nos últimos dois anos, ou seja, mais de 33 bilhões de dólares, que vinha sendo financiado com privatizações, que atraíam investimentos diretos, com juros altos e, marginalmente, com alguns novos investimentos privados em setores específicos, como é o caso das montadoras automotivas e outros.

Esse processo era insustentável. Nós tentamos fazer alguma coisa e discutimos o assunto. Acho que o partido teve um papel importante nesse debate com a sociedade, ao mostrar a insustentabilidade dessa estratégia, pelo nível de endividamento externo, pelo tamanho do déficit de transações correntes, isto é, pelo aporte de capital que se era obrigado a tomar para financiar essa estratégia e pela velocidade do endividamento público e fragilização das finanças públicas, que iam sendo amortecidos com ajustes fiscais permanentes, CPMF, PAE, Fundo Social de Emergência, com as privatizações que iam acomodando o problema externo e o interno, adiando a inconsistência da estratégia para o futuro.

A crise da Ásia evoluiu em ondas: a primeira alcançou a Tailândia e a Malásia, em meados de 1997; num segundo momento atingiu Hong Kong e Coréia, depois o próprio Japão e a moratória da Rússia, no segundo semestre do ano passado. A crise cambial vem evoluindo em ondas, e hoje temos o efeito samba. Já tivemos o efeito tequila e o sushi. Estamos vivendo o efeito samba. A bola da vez é o Brasil. O País entrou num processo de fragilidade, parte em função do custo da reeleição do Presidente Fernando Henrique Cardoso. O preço da reeleição foi não tomar nenhuma medida, no momento em que se prenunciava a crise, quando se esgotava a possibilidade de se manter aquela equação macroeconômica totalmente inconsistente. O Governo a subestimou, adiou qualquer tipo de decisão, tentou empurrar com a barriga até 4 de outubro. Na realidade, não conseguiu e, no final, acabou adotando a política de juros altos - a resposta tradicional que o Governo anteriormente havia dado, totalmente inconsistente, para enfrentar a crise.

O PT teve importante papel na discussão, na campanha. Sou um dos que pensam que nossa intervenção foi tardia, centrando a campanha presidencial na avaliação de que a crise se agravaria. Havia um risco eleitoral. Poder-se-ia chegar até a eleição sem o agravamento da crise, mas essa era a tendência da economia internacional, dos indicadores macroeconômicos. Essa deveria ter sido a atitude de um partido que tem compromisso com a história. Tardamente, fizemos isso, talvez não com a intensidade que deveríamos, mas o fizemos. As pesquisas

demonstravam que a entrada nesse debate produziria perda de votos. Tomamos a decisão fundamental, no final da campanha, e por isso nós a terminamos muito melhor do que começamos, com mais credibilidade, seriedade e estatura política. Hoje, somos muito mais fortes do que no final da campanha presidencial, porque temos a credibilidade de quem enfrentou o debate, especialmente em épocas mais difíceis, procurando alertar o País no momento em que o debate estava interdito na imprensa e que essa estratégia era insustentável e inconsistente, quando se previa que todos esses fatos viriam a ocorrer.

Lembro-me de que há quatro meses, um pouco antes do término da eleição presidencial, o País chegou a ter 73 bilhões de dólares de reserva cambial. O que propusemos quando a crise se prenunciava com essa gravidade? Que se defendessem as reservas cambiais; que se criassem mecanismos de controle de capital a fim de impedir a saída de dólares no momento de instabilidade internacional; que se mudasse a política de comércio exterior; que se reduzissem as importações e que se criasse um programa imediato de impacto sobre as exportações para diminuir a dependência de capital externo, porque não tínhamos como financiar essa política econômica que aí está.

O Governo desqualificou nossas propostas, e o mercado agiu evidentemente na mesma direção. Continuaram empurrando o problema com a barriga, dizendo que se tratava de uma aposta e que eles iriam vencê-la; que era possível fazer a transição; que o Brasil precisava de juros altos e de um novo pacote fiscal, que foi apresentado.

Terminadas as eleições, de setembro até hoje, tivemos uma fuga de capital de 40 bilhões de dólares, uma coisa absolutamente brutal. Chegamos a um patamar totalmente insustentável. E o Governo recorreu ao FMI, com a idéia do aporte dos empréstimos desse Fundo. Já discutimos esse tema na última reunião. É um padrão de negociação muito pior do que tínhamos nos anos 80, porque nessa época não tínhamos reserva cambial, não tínhamos o que negociar. Os acordos, as cartas de má intenção ao Fundo, as chamadas cartas de intenção, basicamente exigiam superávit comercial para se ter fluxo cambial, para se começar a pagar e a honrar os compromissos. Esse era o objetivo central da estratégia do Fundo. Dessa vez isso não se dá; o FMI quer garantia de nível de reservas. O País não pode ter menos de 20 bilhões de dólares de reservas cambiais e não poderia perder, até final do primeiro semestre de 1999, 6 bilhões de dólares, mas já perdeu esse valor e está chegando próximo do limite estabelecido pelo acordo: 20 bilhões.

Faço um parêntese importante: esta é a crise do fracasso das políticas de âncora cambial e das intervenções do FMI na crise internacional. O Fundo fracassou na Indonésia, na Tailândia e na Malásia. Na Indonésia, a queda do PIB foi de 15%. Fracassou quando da intervenção na Rússia. Eles fizeram empréstimo para a Rússia, que depois entrou num processo de moratória que se estende até agora.

Penso que a equipe econômica do Brasil acaba de derrubar a Diretoria do FMI com essa crise. Não há mais espaço para eles permanecerem. Não vejo a menor possibilidade de eles terem qualquer credibilidade, em qualquer discussão. A estratégia do FMI está totalmente fracassada em toda a parte do mundo. O Governo brasileiro negociou um acordo, propondo manter a âncora cambial e fazer um ajuste fiscal - esta conta que está sendo apresentada à sociedade. A fuga de capital foi de tal ordem que essa estratégia se inviabilizou totalmente. O Governo tentou fazer uma minidesvalorização que não durou 24 horas. A fuga de capital foi de mais de 3 bilhões de dólares naqueles dias e chegou, então, à posição de flexibilização de câmbio. Liberou o câmbio - como já descrito, não vou voltar a falar nisso - e defendeu o que restava de reservas cambiais, permitindo que a taxa de câmbio se desvalorizasse e o mercado, portanto, estabelecesse novo patamar. Dissemos o tempo inteiro: ou o Governo administrava a desvalorização do câmbio enquanto tinha tempo para isso, ou o mercado imporia uma desvalorização sem qualquer possibilidade de controle, como está acontecendo. Quais as conseqüências dessa situação, de acordo com o meu ponto de vista? A primeira conseqüência fundamental é a de que o País perdeu a governabilidade dos instrumentos de política econômica. O Governo não governa a economia, não governa a taxa de câmbio, variável fundamental, variável chave de sua estratégia neste momento de crise, e perdeu o controle sobre a política monetária. A crise continua em plena evolução, mesmo depois da desvalorização do câmbio, e mesmo depois de o Banco Central parar de vender dólar no mercado - saiu um 1 bilhão e 300 milhões de dólares da economia brasileira no período pós-desvalorização. Ontem saíram mais 300 milhões. Continuamos sangrando e perdendo divisas, apesar de o Banco Central, pelo menos por definição, ou formalmente, não estar vendendo posições.

Qual o impacto dessa desvalorização na economia? O primeiro impacto é o financeiro, que é imediato. O setor privado, em 1999, tem uma dívida privada a vencer de 26 bilhões de dólares. Se trabalharmos com essa taxa de câmbio, não com a taxa de hoje, mas com uma hipótese otimista de evolução da crise a médio prazo, que seria uma desvalorização em torno de 20%, a melhor hipótese, que acho muito pouco provável, seria as empresas privadas endividadas terem uma perda de 6 bilhões e 200 milhões de dólares, no fluxo de 1999, no que ele tem de compromisso a pagar em 1999, no que vai ter de desembolsar a mais este ano para honrar a dívida externa do setor privado, que não está sendo rolada.

Estou me referindo à dívida externa do setor privado, que vence este ano e é de 26 bilhões dólares. Se trabalharmos com uma desvalorização de 20% - esse é o dado com que estamos trabalhando -, teremos um acréscimo de compromissos externos, em 1999, de 6 bilhões e 200 milhões.

O setor público tem uma dívida pública a vencer em 1999 de 4 bilhões e 200 milhões de dólares. Além disso, como falamos na apresentação anterior, foi utilizada a mesma estratégia de estatização da dívida externa dos anos 80. A dívida externa privatizada está sendo reestatizada. Como foi feita essa reestatização da dívida externa? A partir da emissão de títulos cambiais, que, segundo os últimos dados, eram da ordem de 67 bilhões de reais - acho que devem estar alcançando mais de 75 bilhões no mercado -, o que permitiu ao setor privado endividado, que tem um compromisso em dólar, comprar títulos indexados ao dólar para fazer o chamado **hedge**, de tal forma que, com aquilo que perde com a desvalorização, com a dívida que tem, ele se protege dentro do Tesouro das finanças públicas com títulos indexados ao dólar e joga para o Governo o custo da desvalorização que está ocorrendo, ou seja, para as viúvas, como foi votado, a proteção do grande capital privado, que tomou emprestado dinheiro privado. Joga-se no aumento de impostos para a sociedade, no corte de verbas para educação, saúde, e no arrocho salarial do funcionalismo público parte desse custo. Parte importante do setor

privado que tem liquidez, que tem caixa, protegeu-se da desvalorização cambial. Parte do grande capital privado está protegida com o **hedge**, títulos que o Governo ofereceu, indexados ao câmbio. Portanto, o que eles perderam nesta semana, em termos de desvalorização, recuperarão com títulos cambiais, que terão ganhos, e com isso neutralizarão a posição adotada até então. No entanto, para o setor público - além da dívida externa pública, que se reduziu bastante, mas que terá impacto este ano de 20%, 25% ou 30% sobre 4 bilhões e 200 milhões de dólares em títulos a vencer em 1999, no volume de 33 bilhões de dólares -, o Governo vendeu, no mercado futuro, provavelmente 12 bilhões de dólares. E que prejuízo ele terá para tentar sustentar o dólar no mercado futuro, operando na bolsa de mercadorias de futuro e no mercado de câmbio, especialmente através do Banco do Brasil? Qual o prejuízo que isso acarretaria à taxa de câmbio de hoje? Um prejuízo de 17 bilhões de reais. Se a desvalorização se estabilizar em 20%, haverá um prejuízo de no mínimo 10 bilhões de reais. O que quero dizer? Acabou-se de votar o pacote de ajuste fiscal do FMI, e serão apresentadas ao País novas medidas fiscais. O saco de maldade da área fiscal será aberto a partir da volta do Ministro Pedro Malan. S.Exa. já anunciou que virão novas medidas fiscais, porque há um prejuízo imediato nas finanças públicas com a desvalorização: se for de 20%, será de 10 bilhões de dólares; se for de 25%, será de 17 bilhões de reais. Como S.Exa. vai equacionar o quadro de recessão que se está prenunciando, se em termos de corte de gastos, de aumento de impostos, com gasto de receitas, não sei, mas posso afirmar que virão novas medidas fiscais?

Faremos o mesmo discurso de ontem no plenário, nos próximos meses, para termos um ajuste fiscal permanente, para cobrirmos a socialização dos prejuízos que a sociedade brasileira vai pagar e protegermos parte do grande capital privado, que foi protegida por **hedge** com a indexação do plano. Além disso, a dívida pública, que cresceu de forma exponencial, numa média de 240 milhões de dólares por dia, durante o Governo Fernando Henrique Cardoso, era majoritariamente prefixada até outubro e foi totalmente pós-fixada. O que isso quer dizer? Que o aumento de juros que se está tendo agora incidirá diretamente na realimentação da dívida pública. Temos um outro problema: como a taxa de juros evoluirá? Ela cresce num primeiro momento, mas a tendência, a médio prazo, é cair, na medida em que a desvalorização cambial se estabilizar. Haverá uma dívida pública que não poderá ser reduzida, com o aumento da inflação que virá, porque estará toda indexada e pós-indexada e, portanto, embutirá todo o impacto inflacionário e o aumento de juros. Vamos ter uma pressão maior sobre as finanças públicas do que tínhamos. Concluindo, que desdobramento deste cenário poderemos ter? Primeiro, a moratória técnica está muito próxima, ou seja, tecnicamente o País não tem como demonstrar que tem possibilidade de honrar os compromissos externos assumidos. Do ponto de vista das finanças públicas, dificilmente o Governo terá segurança nos mecanismos de fluxo, ou seja, aumento de receita e corte de gastos para absorver o impacto trazido por esta crise. Qual será o próximo desdobramento desta crise? Na minha avaliação, será o Projeto Bornhausen, liquidação selvagem do Estado, ou seja, ganhar tempo com a crise, aprofundando o reajuste neoliberal, colocando na pauta que não estava sendo apreciada, além do resto do setor elétrico, saneamento básico e privatizações do BANESPA, PETROBRÁS, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, parte do que resta do Estado brasileiro, para tentar negociar com o mercado financeiro internacional e com o Fundo a crise cambial, que está evoluindo numa velocidade muito rápida, e a crise das finanças públicas. Acho que haverá novas medidas fiscais, uma pressão muito grande sobre a privatização e o mesmo discurso que foi feito ontem, com a possibilidade de garantir a estabilidade, etc.

Independentemente disso, acho que podemos concluir que vamos ter, neste ano de 1999, um aprofundamento da recessão. As taxas de previsão de recessão, no início do ano, eram em torno de 1,5% do PIB, segundo vários analistas. Eu diria que hoje mesmo já há alguns bancos projetando uma recessão de 4,5% do PIB. Por quê? Primeiro, porque parte do setor privado vai quebrar; bancos e empresas não vão conseguir sobreviver; vai haver uma desorganização; segundo, porque todas as empresas que têm dívida externa ou insumos importados vão repassá-los para os preços. Por exemplo, aquelas lojas de 1,99 já estão em 2,50. (Risos.) Em boa parte do mercado que tem insumos, a remarcação já é hoje de 25%.

Então, vamos ter um impacto inflacionário. Como não há mecanismo de indexação de salário, vai haver uma perda de renda da população, vai cair o poder de consumo, vai haver um arrocho salarial rápido no País, nesses próximos meses, um violento arrocho salarial, uma perda da capacidade de consumo, porque os salários e a massa de rendimentos não vão acompanhar a aceleração da inflação. E quem sai na frente? Depois se vai correr atrás da reposição de perdas, mas vai haver uma perda salarial, uma queda no poder de consumo e um aprofundamento do processo recessivo.

A inflação vai ajudar o Governo no lado fiscal, porque vai haver um ajuste fiscal. Isso quer dizer que as despesas públicas, o salário do funcionalismo, tudo isso vai ser arrochado pelo lado da inflação. Ainda que possa perder alguma receita, acho que a inflação ajuda o Governo, num nível controlado, a melhorar a situação, a diminuir esse rombo das finanças públicas.

A recessão vai atingir especialmente o setor de duráveis e, portanto, áreas como o ABC. O Deputado Jair Meneguelli tem-se desdobrado nessa discussão da Ford, com a bancada e os sindicalistas. A crise, por exemplo, de desemprego nesses setores vai aprofundar-se: eletroeletrônicos, eletrodomésticos, setor de duráveis. Vai haver um aprofundamento da crise, do desemprego e da radicalização das lutas sociais no País, do meu ponto de vista.

Quero terminar dizendo o seguinte: acho que precisamos pautar, daqui a 1º de fevereiro, data da nossa posse, uma discussão mais aprofundada, porque acho que até lá a poeira vai baixar e vamos ter um quadro um pouco mais definido para projetar cenários. Tudo depende agora de como esta crise imediata, que está evoluindo, vai definir-se, ou seja, que taxa de câmbio vamos ter no final desse processo.

O que o Governo esperava? O Governo esperava que o FMI antecipasse 9,5 bilhões de dólares, que era a parcela de fevereiro, para fazer o monitoramento sujo da taxa de câmbio. O que é o monitoramento sujo? O câmbio está livre, mas ele intervém no mercado sem dizer quando, qual é a banda, qual é o limite, impondo prejuízo aos especuladores, desde que ele tenha bala na agulha para fazer isso. O FMI não deu esse oxigênio. Ele disse o

seguinte: o mercado vai definir o câmbio, que é o que temos até agora, e o Governo não tem condições de intervir com o tamanho que deveria.

Há um outro lado desse processo: a desvalorização do câmbio, dependendo do patamar que atinja, vai reduzir as importações; vai aumentar as exportações; vai melhorar o problema do balanço comercial; vai estimular o turismo doméstico; vai penalizar o turismo externo e atrair turistas internacionais, melhorando a conta de turismo, que era deficitária em 4 bilhões e 300 milhões; vai diminuir frete; principalmente, vão cair as importações, e isso vai diminuir a necessidade de financiamento externo da economia.

A recessão e a desvalorização, a exemplo dos anos 80, fazem parte da política ortodoxa de ajuste, que já conhecemos daquele período: aumenta a inflação - acho que ainda sob controle -, agrava-se a recessão, agrava-se o desemprego, desorganiza-se parte da cadeia produtiva, mas se inicia necessariamente um processo de substituição de importações e de redução do déficit comercial.

A médio prazo, o País, a exemplo do que aconteceu no México e em outros países, volta a ter um nível de crescimento econômico, um maior saldo comercial, mas deixa um rastro de inadimplência, uma parte da sociedade, que fica fora desse processo e, neste ano de 1999, um agravamento muito significativo da crise econômica e social.

Para podermos desenhar cenários, vamos ter que esperar esse furacão passar. Enquanto não soubermos que taxa de câmbio temos, não saberemos que tamanho de rombo das finanças públicas nem quais os dobramentos da recessão, nem quais as projeções de inflação.

Para concluir, darei dois exemplos para ficar bem claro o que estamos procurando dizer. Em março de 1995, o Brasil desvalorizou a moeda em 5,7% - todos se lembram. Desvalorizamos administrativamente a moeda. Perdemos 10 bilhões de reais naquela semana e, quatro meses depois, veio o tamanho da crise que aquela mudança fez no mercado: a quebra dos bancos Econômico e Nacional e o início do PROER, que gerou uma crise de confiança no sistema financeiro, que custou 25 bilhões de reais.

Naquela época, o País vinha num patamar de atividade econômica elevado, vinha com uma inflação sob controle, vinha com as finanças públicas mais equacionadas, tinha um endividamento externo menor, não tinha títulos dolarizados da dívida pública - a dívida era prefixada -, e o desdobramento foi esse.

Estamos falando agora de uma desvalorização de pelo menos 25%, ou 20%, na melhor hipótese, ou talvez mais que 25% a 30%. Portanto, o impacto provável no sistema financeiro, no setor produtivo, vai ser muito maior do que em 1995, em termos de desorganização, de quebra, de falências e de demandas por repactuação, por políticas de socorro, como, por exemplo, o

PROER. O País é muito mais frágil. A dificuldade é muito maior. As conseqüências econômicas e sociais serão muito mais graves, para termos um ponto de referência.

O último ponto de referência: o México, em 1995. A recessão do México foi 7% do PIB. A inadimplência foi de tal ordem que eles criaram um grande movimento social, um movimento de luta dos inadimplentes para repactuar a dívida, quando pequenos e microempresários se juntam para tomar a fábrica, o carro, a casa, etc. Houve uma mudança muito grande na política mexicana: a crise do PRI, a vitória do PRD, alguns anos depois, Chiapas. Houve uma mudança do cenário social, econômico e político muito grande no México em função dessa crise. Estamos vivendo agora uma crise dessa magnitude. Podemos inclusive caminhar para um quadro de moratória técnica ou para um cenário semelhante ao México ou à Rússia de hoje, num quadro de moratória, de insolvência na área externa e nas finanças públicas, ou para um cenário de aprofundamento do projeto neoliberal, para ganhar mais tempo, aumentando o impasse futuro da economia, que é a estratégia que o Governo vai propor: novas medidas fiscais e uma liquidação selvagem do patrimônio público, como propôs o Presidente do PFL, antes mesmo que a crise se iniciasse, numa entrevista a vários jornais, num jantar com vários economistas. Só temos duas estratégias: flutuar o câmbio, liquidar as estatais e fazer o Estado mínimo, numa liquidação selvagem do patrimônio. Acho que essa vai ser a estratégia, que está sendo pactuada com os credores internacionais, com o FMI, na volta do Ministro Malan, ao longo das próximas semanas.

Acho que temos hoje uma credibilidade, uma força política na sociedade e uma responsabilidade nesse cenário como poucas vezes tivemos. Acho que devemos gastar boa parte do esforço dessa bancada, além de reagir a essa estratégia de aprofundamento do neoliberalismo, de pactuar com essa submissão ao FMI, com essa política, construindo uma estratégia alternativa de enfrentamento da dívida externa, de articulação dos países da América Latina, uma política de resistência neste momento, de alavancar a agricultura para poder gerar divisa e aprofundar a reforma agrária para amenizar a crise social, de lançar, enfim, diretrizes políticas, medidas alternativas de sustentar essa articulação, de repactuar o pacto federativo e proteger os nossos governos, que vão ser um alvo privilegiado dessa ofensiva, para podermos realmente acumular politicamente nesse processo.

Vamos ter um período de grande tensão econômica e social e de muita exigência - diria - para esta bancada, tal a altura dos imensos desafios que são apresentados pela história ao povo e ao País. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Déda) - Obrigado, companheiro Mercadante.

**A SRA. DEPUTADA MARIA DA CONCEIÇÃO TAVARES** - Sr. Presidente, posso falar por um minuto, porque há três discrepâncias do Deputado Aloizio Mercadante para iluminar a oposição do Presidente do Partido.

Meus senhores, não acho que o Fundo Monetário vai ser mais desmoralizado do que já está. Acho um equívoco pensar que o Fundo Monetário é que nos está administrando. Não é. É o **Federal Reserve** e o Tesouro. O Fundo Monetário não foi nem comunicado. Quem determinou a desvalorização foram os banqueiros americanos a partir de reunião com o FED e com o Tesouro. Logo, o Fundo Monetário, que é apenas um gendarme aparente, junto com o FED americano, administrará necessariamente a nossa moratória, porque aqui são os bancos americanos, e não os europeus nem os orientais, que estão em risco. Eles nos administrarão num arrocho que vai deixar a Rússia parecendo uma gracinha.

Em segundo lugar, já está anunciado que, em dois meses, a PETROBRÁS será retalhada e privatizada. Não creio que nos possam obrigar a privatizar o Banco do Brasil, a Caixa Econômica, nem mesmo o BANESPA, porque a burguesia local está em associação com eles. Os bancos - os que eles resolverem salvar; deveriam salvar pelo menos dois, que são históricos, o BRADESCO e o Itaú - têm possibilidade de escamotear a dívida, porque não



pode ser feito via fiscal nem apenas via Banco Central, como da outra vez. Desta vez o PROER precisa do apoio dos bancos públicos, os quais, aliás, não interessa a ninguém comprar, porque estão quebrados. Como bancos comerciais, é mais interessante comprar o privado do que o público, acho eu, a menos que eles queiram uma rebelião e uma deposição do Presidente.

Não acho que os americanos achem possível enfrentar os 300 empresários - consideremos vinte; os vinte que devem salvar-se. Caso contrário, não haverá acerto do passivo. Para acertar o passivo, é preciso o Banco do Brasil para os grandes agricultores, a Caixa Econômica para os construtores, inclusive para as multinacionais. Entendamos: eles não vão dar mais um tostão a ninguém, sequer para as empresas multinacionais. Como elas ajudarão os locais a manter as tetas da viúva, que são o Banco do Brasil para os **agribusiness**, a Caixa Econômica para os construtores e o BNDES para os empresários industriais? O BANESPA depende da força do Governador de São Paulo, porque ele não tem dívida em dólar. Aliás, ele está saneado. Outra coisa com que não concordo é que a desvalorização provoque, a médio prazo - o que se dirá a curto -, um resultado semelhante a 1982. Temos um coeficiente importado selvagem. Acho que, pelo contrário, haverá liquidação de várias montadoras. Todas essas que eles montaram vão para o espaço, e haverá liquidação e recompra de várias Teles. Não acho que a TELESPANHA agüente. Acho que os europeus vão ter de entrar pesado, porque os bancos que estão por trás dela estão quebrados. Os senhores entendam que os 21 bilhões das Teles foram vendidos com financiamentos-ponte dos bancos. Esses foram imediatamente embora; não deram um tostão. A Light deve um bilhão, que tem de pagar em janeiro. Não sei quanto devem a Telefônica de Espanha, a MCI nem todas as demais. Essas grandes multinacionais que compraram o Brasil vão usar, do meu ponto de vista, a repactuação interna, junto com os vinte grandes nacionais, para ficar no Brasil. Ou então estourarão, e será preciso que alguma das grandes americanas queira comprar a sucata. Como a bolsa está muito instável, é pouco provável.

Então, acho que nos arrastaremos numa desestruturação produtiva, além do que a situação internacional é péssima. Lembrem que a máxidesvalorização de 1983 foi de 30%, além da outra. Em 1984, exportamos metade do saldo para os Estados Unidos, que não vão admitir ficar deficitários conosco em comércio, até porque o Departamento de Comércio Americano não é o mesmo que o FED.

O Consenso de Washington é uma coisa; os interesses dos grandes capitais internacionais é outra. Capital financeiro é

uma categoria geral, que inclui os bancos americanos, os grandes conglomerados que compraram as Teles, os grandes conglomerados que compraram empresas elétricas, os grandes **agribusiness** e as multinacionais industriais. Não são os mesmos interesses. Vão ser à custa da "Viúva". A repactuação dos passivos dessa gente vai levar anos, como levou anos. Não temos o poder da Coréia - que não tinha multinacional nenhuma, aquilo tudo era deles -, para chegar e dizer: "Muito bem, os bancos quebram. Como os bancos são das empresas, cancelam os passivos".

Por outro lado, o Estado segura e não vende essas empresas. Não somos Coréia nenhuma, somos uma merda de um país - desculpem-me - continental, com uma elite sem-vergonha, inteiramente associada. É legal reler a dependência do príncipe-presidente.

**O SR. DEPUTADO ALOIZIO MERCADANTE** - Como já estamos entrando na fase de debate, há alguns reparos que também eu gostaria de fazer.

Primeiramente, com todo o carinho e respeito que tenho pela Deputada Maria da Conceição Tavares - ela sabe disso -, não me sinto nem um pouco gratificado com as avaliações que fizemos ao longo desse período. Acho que as conseqüências econômico-sociais para o País são dramáticas, daí toda a cautela nas declarações que fizemos durante esta crise.

Acho que o PT tem tido responsabilidade com a opinião pública e com o País nesse debate. Isso não me gratifica intelectual nem politicamente. Porém, reafirmo que o nosso partido fez a análise correta, propôs uma estratégia alternativa ao bojo dessa crise e sugeriu medidas e um outro caminho para enfrentá-la. É esta a atitude que temos de ter neste momento: continuar nessa mesma perspectiva, atualizando nossa análise e definindo uma estratégia de intervenção.

Quanto ao BANESPA, não há qualquer relação com o Governo do Estado de São Paulo. O BANESPA já foi federalizado, está na mão do Banco Central, já não está mais sob o controle do Governo e está na linha de tiro. Quando o mercado tomará o BANESPA é uma outra discussão; e também se vamos ter força para resistir mais do que o fizeram Ricardo Berzoini, o Sindicato dos Bancários, os Prefeitos, os Deputados, as comunidades, etc. Na minha opinião, não foi ainda para o prelo porque não há interesse neste momento, diante da crise financeira, em um ativo como esse. Mas acho que não vai depender nada do Governador Mário Covas. Ele já entregou o BANESPA há algum tempo.

Em relação ao setor da construção civil, às incorporadoras, quero dar-lhes um dado. A inadimplência estimada das incorporadoras já está na ordem de 2 bilhões de reais. Associando os mutuários, já tínhamos uma inadimplência no setor, antes da desvalorização cambial, da ordem de 5 bilhões de reais. Só um grande banco tem 107 incorporadoras inadimplentes na sua carteira. E o alvo fundamental das incorporadoras, das construtoras, tirando a Caixa Econômica - estou falando de grandes bancos privados -, vai ser a discussão da TR. A TR foi utilizada como indexador nos contratos; a TR não é um índice de custo de vida, de inflação; a TR embute uma taxa de juros. Portanto, houve um desequilíbrio brutal nesses contratos, aumentando velozmente os endividamentos.

Acho que vai haver uma grande discussão sobre a TR, que é uma das invenções mais imbecis da nossa história econômica, uma contribuição intelectual única do nosso autor da Lei

Kandir, que também é o autor da TR, a desindexação da economia com a utilização de um índice que embute inflação com um pequeno deflator, mas embute a taxa de juros num período da história em que tivemos a maior taxa de juros da economia internacional. Então, isso arreventou o setor da construção civil, sobretudo as incorporadoras, e já há um ativo muito complicado.

Por último, acho que o objetivo do mercado em relação ao Banco do Brasil não é, em nenhum momento, ficar com os compromissos sociais, com a carteira agrícola do Banco do Brasil, que tem outros ativos. Basta ver o que

estão fazendo com a PETROBRÁS, o que já aconteceu com o setor de seguros, de distribuidoras, etc., que só podem ser desassociados e oferecidos nesse processo. Então, existe ainda um setor importante do patrimônio público do País que acho que vai ser alvo nesse congresso dos credores internacionais e alvo do esquema financeiro internacional. Portanto, além do setor elétrico e de saneamento e dos ativos que já estão previstos para este ano de 1999, acho que vai vir mais coisa no processo de privatização em 1999, a partir desta crise, diria, logo no desfecho dessa visita aos Estados Unidos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Déda) - Deputados Aloizio Mercadante e Maria da Conceição, vamos debater oportunamente o tema.

Com a palavra o Presidente José Dirceu.

**O SR. JOSÉ DIRCEU** - Bom-dia a todos os companheiros e companheiras! Acredito que vivemos um paradoxo, porque nunca houve tantos motivos para se formar um amplo movimento político-social de oposição ao Governo Fernando Henrique Cardoso. Talvez o Brasil nunca tenha estado numa situação tão grave, do ponto de vista nacional, econômico e social e nunca tenha havido um governo tão autoritário e que estivesse tão nu perante o País. No entanto, não conseguimos transformar isso num movimento de oposição ao Governo. Esta é a realidade que vamos ter de enfrentar no ano de 1999. É o nosso grande desafio.

É evidente que o Governo trabalha para cooptar, desviar, desmotivar os diferentes focos de oposição político-social que surgem na sociedade. Vou dar um exemplo concreto: por que o Governo criou o Ministério do Desenvolvimento? Há várias razões, mas uma das razões óbvias é trazer para dentro do Governo a dissidência empresarial; criar um debate falso, dentro do Governo, entre a ala desenvolvimentista e a ala fundamentalista, monetarista - existe, na verdade, esse debate -, porque a tendência do empresariado de São Paulo, pelo menos uma facção da FIESP, era de criar um pacto de produção e um movimento de oposição à política econômica do Governo e a esse modelo, que poderia desembocar numa contestação inclusive do padrão de relação mantido pelo Governo no âmbito internacional. Isso vale também para o movimento dos Governadores. O Brasil é um país, hoje, que foi perdendo todos os pólos de poder existentes do ponto de vista institucional e da tradição político-cultural do País. Os Prefeitos foram perdendo o poder, os Governadores também. A mídia se transformou. Pela primeira vez não existe, na história do Brasil, um jornal de oposição. Nunca aconteceu isso na história do Brasil, nem na ditadura militar. Não há oposição, até porque a mídia é diretamente envolvida nas privatizações, nos empréstimos externos e no núcleo do poder. A mídia é uma correia de transmissão e talvez nunca se tenha degradado tanto como neste momento. Tanto o grupo Globo, como a Abril, como a RBS, como **O Estado de S. Paulo** estão totalmente envolvidos nas privatizações e na sistemática econômica e de poder construída no País.

O nosso grande desafio é incentivar e estimular. Somos um pólo de oposição e de poder - a Esquerda, o PT. Mas isso não é o bastante para criar uma alternativa, porque não basta criar uma alternativa programática e um movimento social. Temos que criar uma rede de interesses e articular uma rede de forças político-sociais que criem as bases para uma mudança radical desse modelo, senão vamos mudar o modelo por dentro, o que considero inviável.

Outra coisa é o processo de mudança, como se dará. Já disputamos três eleições presidenciais. Governamos hoje Estados importantes do País, Prefeituras, e podemos ser alternativa de governo nos próximos anos. É evidente que o partido vai fazer um congresso este ano. Temos uma reunião da Executiva marcada para o dia 29, do Diretório no final de fevereiro ou antes, se for o caso. Vamos ter outra reunião dos Governadores dia 5 de fevereiro, em Porto Alegre. Há um seminário, um fórum de entidades democráticas e populares, convocado para o começo de fevereiro, para organizar uma pauta e uma agenda de mobilização.

Seguramente, os economistas - não só do PT, mas de todos os partidos - vão realizar uma série de reuniões, até a primeira semana de fevereiro. Teremos que trabalhar melhor essa questão do diagnóstico e das tendências, assunto que começou a ser debatido pelo Deputado Aloizio Mercadante e pela Deputada Maria da Conceição Tavares. Teremos reunião da Frente no dia 30, inclusive para discutir a própria Frente.

Independentemente disso, acho que precisamos entender - estou convencido de que o Brasil virou um protetorado norte-americano - que o que aconteceu neste ano de 1998 é de uma gravidade histórica. Temos que ter a real dimensão do que está acontecendo atualmente no País. O processo histórico que estamos vivendo é de desconstituição, e não é só de um modelo. Os modelos são desconstituídos, porque há os processos revolucionário e reformista. O problema é que temos de olhar, em termos de perspectiva do mundo nos próximos 25 anos, quais são as alternativas que há para o mundo e para o Brasil. O caminho que o Sr. Fernando Henrique percorreu, principalmente nos últimos meses, inviabiliza o Brasil como nação, como projeto nacional. Como não há espaço para subnações ou para economias dependentes resolverem seus problemas sociais e alcançarem um padrão de vida mínimo, somos uma nação que vai entrar - na minha avaliação - numa rota que sangrará nos próximos anos. Não vejo como os setores associados, o empresariado brasileiro e o capital internacional possam viabilizar, nessa situação que estamos vivendo na América Latina e no mundo, um círculo virtuoso de crescimento econômico no Brasil. Não estou entrando no mérito do caráter do crescimento, que pode ser desigual, concentrador e violento. O Brasil está mais para ser controlado por uma mídia absolutamente impune - uma das nossas principais tarefas a enfrentar no ano de 1999 -, transformar-se num protetorado norte-americano e viver uma desconstituição final da estrutura político-econômica nacional que o País tinha, com um processo violento de recessão e de soluços. Não vejo como se possa retomar qualquer crescimento econômico a curto prazo. Pode haver surtos de crescimento de alguns setores da economia. Mas não vejo - repito - como retomar qualquer crescimento econômico a curto prazo.

Então, o que está na ordem do dia não é só ganhar o Governo. Temos que criar condições para mudar a estrutura econômica, o modelo econômico do País. Isso, evidentemente, envolve discussão de política de aliança, de relação com o empresariado, de modelo, de política econômica que teremos e de tática política para os próximos anos, o que faremos durante o ano de 1999.

A curto prazo, nós nos deveríamos concentrar nos pólos de poder que temos para torná-los coesos, dar-lhes sentido único e tentar transformá-los. Nunca houve tanta oposição à política econômica, que não se unifica, não tem uma plataforma comum, até porque há muitas contradições. Atualmente, uma grande parcela da oposição à

política econômica é inclusive do grande empresariado, que não consegue transformar-se em sujeito, em ator político, ao contrário do que ocorreu nas décadas de 70 e 80, quando parte do empresariado transformou a oposição liberal e burguesa, a ditadura, em manifesto econômico, em plataforma econômica e movimento social. Não temos isso no Brasil. Talvez não o tenhamos, o que causa um problema gravíssimo para a Esquerda. Então seremos uma só força popular e social, num país onde o capitalismo chegou a um grau de desenvolvimento muito grande. E como governar? Será que estamos condenados a ser oposição, a resistir, a lutar por pedaços da renda nacional e pela ampliação dos direitos sociais e políticos? Será que é impossível ter um projeto alternativo de poder e de economia? Tenho refletido nestes últimos meses e concluí que o PT é o partido que pode, tem quadros, experiência. Não somos uma experiência só acadêmica e teórica nos quadros, somos uma experiência viva, porque estamos dentro das forças político-sociais da sociedade brasileira, fazemos parte da sua vida real.

Então, temos a oportunidade única de enfrentar esse debate, esse desafio e apresentar alternativas para o País.

Não podemos deixar, neste momento, o Governador Itamar Franco ser derrotado ou ficar isolado. Seria o mais grave erro político que poderíamos cometer. Essa é uma operação política de alto risco. O Governador Itamar Franco tomou uma decisão e tinha suas razões políticas, tinha uma estratégia. O Presidente Fernando Henrique Cardoso e o núcleo de poder que constituiu não permitem que nenhuma outra força político-social participe das decisões do País, a não ser a mídia, a banca internacional e os grupos novos que surgiram com as privatizações.

O País não tem democracia neste momento e o Congresso Nacional é o que vimos ontem. Essa é uma realidade. O Presidente não quer que surja um pólo de Governadores como poder político real no País. É isso o que está em discussão. Assim como não quer que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, por exemplo, seja um pólo de poder político real na sociedade e como faz tudo para que o PT e os partidos de esquerda não sejam uma força político-institucional e político-social real.

Temos um problema grave: o País não tem mobilização e agitação social. Então, a oposição dos Governadores transforma-se numa questão de fundo para nós. Mas tudo o que não pode acontecer para o Governo é esse movimento desdobrar-se numa força político-social, até porque esse movimento tem candidatos a Presidente da República viáveis, que são os

Governadores - primeiro Olívio Dutra, Garotinho e Itamar Franco, dependendo da evolução da conjuntura. Evidentemente, estou fazendo uma hipótese de trabalho, de cenário político.

Essa é uma questão muito difícil de conduzir, porque os Governadores têm perfis políticos diferenciados, comportam-se diferentemente na mídia, têm problemas diversos nos Estados. Um não é da esquerda, é do PMDB, um partido que participa do Governo, e é um ex-Presidente da República, uma personalidade que todos conhecemos. Temos Estados muito enfraquecidos, como Alagoas e Acre; temos o Mato Grosso do Sul, um Estado intermediário; e temos três grandes Estados - Minas Gerais, Pernambuco e Bahia - que contam com uma tradição histórico-cultural, no Brasil, de resgate do pacto federativo e de resgate da nacionalidade. E o Rio Grande do Sul, em primeiro lugar, porque é o Estado que governamos, onde podemos exercer uma influência política na tática e na estratégia de governo muito mais determinante que no Rio de Janeiro e em Minas Gerais. É o que interessa para nós.

Vamos ter que consolidar esse foro de governadores. Ele tem que ter um perfil de oposição ao modelo, à política econômica e ao Governo Federal. Mas ao mesmo tempo tem que ter o perfil de abrir um caminho para desmontar essa armadilha: a continuidade do ajuste fiscal, a reforma tributária e o rompimento do pacto federativo, que vai inviabilizar todos os governos. Vamos ter saudade inclusive da situação do Espírito Santo, se continuar nesse ritmo.

Todos os Governadores, começando pelo companheiro Olívio Dutra, sabem qual vai ser a situação em março e abril se continuarmos nessa dinâmica que o Governo Federal está impondo. Será uma situação de ingovernabilidade.

Quando Itamar Franco viu Pimenta da Veiga ser eleito Líder do Governo...

**(Não identificado)** - Articulador da política.

**O SR. JOSÉ DIRCEU** - Ministro das Comunicações e articulador político. O Presidente Fernando Henrique foi à fronteira do Estado de Minas Gerais e disse que o Eduardo Azeredo foi o maior Governador daquele Estado - ele sabe que o que está dizendo não é verdade. Além de ser uma estupidez totalmente histórica, porque é visível que isso é ridículo, é evidente que é uma agressão gratuita ou um projeto que S.Exa. tem: cercar o Itamar Franco em Minas Gerais.

A gota d'água é quando o Governo, por intermédio do Pedro Malan, não recebe o Secretário da Fazenda de Minas Gerais. O Governador Itamar Franco só tinha uma alternativa nesse momento: transformar... Se Itamar, nessa circunstância, sendo ex-Presidente da República e Minas Gerais tendo o peso que tem, aceita apenas a discussão político-administrativa, estaria liquidado. Ele transformou isso numa questão político-nacional e declarou a moratória, o que considero, do ponto de vista inclusive de tática de enfrentamento do Governo Federal, correto.

Respeito as opiniões contrárias e as críticas. Cada um, principalmente quando está exercendo um cargo de Governador ou de Prefeito, tem suas mediações. Mas penso que o PT e os partidos de esquerda fizeram bem ao se reunirem em Brasília e declararem a solidariedade e o apoio ao Governador Itamar Franco, o que não significa que concordamos com Itamar Franco e a sua candidatura, que temos irrestrita confiança na sua política, que dentro do Governo de Minas Gerais concordamos com a orientação geral do Governo em tudo e muito menos que vamos

ser liderados ou viver sob a hegemonia dessa ou daquela liderança.

Nós temos um partido, um líder nacional, que é, inclusive, o líder da Oposição. Temos lideranças expressivas, inclusive o Governador Olívio Dutra, no Estado mais importante que governamos, e temos nossa política de como construir o ano 2002. É uma outra discussão que não deve ser feita agora, e o Governador Itamar Franco não tem discutido isso.

Essa questão não é simples, porque para chegar a um acordo entre os sete Governadores sobre como conduzir depois da moratória a tática conjunta de enfrentamento do Governo e de renegociação é um longo trabalho de articulação política e de acomodação de diferenças políticas, regionais e de perfis e culturas políticas. Agora mesmo estamos vivendo uma realidade. Os Governadores estão conversando com o Presidente de maneira isolada, e haverá uma reunião, que deverá ser marcada hoje, quinta-feira, dos três, em nome dos sete. Deverá haver também uma reunião, em Porto Alegre, no dia 5 e uma reunião dos 27 Governadores.

A realidade é que grande parte dos Governadores que são base de apoio do Governo querem a renegociação da Lei Kandir e do FEF, querem outra reforma tributária e querem o acerto de contas da Previdência, que é um esqueleto. Na hora em que o Governo tiver que tirar do armário, os Estados têm bilhões e bilhões, acho que chega até a oito ou dez bilhões, para receber do Governo Federal. O Rio de Janeiro tem dois ou três bilhões a receber, o Paraná tem 1,2 bilhões e todos os Estados têm algo a receber.

Temos como ampliar uma frente mínima, além dos sete Governadores. É uma pauta mais avançada, contra a política econômica, tem outro perfil, para negociar com o Governo Federal.

Outro desafio que temos é quanto a nós, no Congresso Nacional. Vocês conhecem, a maioria aqui já foi Deputado, Vereador ou Prefeito, todos têm experiência política, os eleitos e os reeleitos, muitos são dirigentes políticos com larga experiência, outros são lideranças históricas no nosso País e sabem das limitações que temos no Parlamento. Mas vamos ter que encontrar nessa nova legislatura que se inicia uma forma de mexer com este Parlamento. Não é possível que continuemos com essa dinâmica dentro do Parlamento brasileiro. Alguma coisa vai ter que ser feita. Sinceramente, ainda não sei o quê, mas vamos ter que encontrar entre nós, entre os três partidos, no debate político, uma maneira de mobilizar este País. Não é possível que a Ford, em São Bernardo, seja uma voz isolada no País, ou que o movimento dos sem-terra seja uma voz isolada no País. Não é possível que não sejamos capazes de criar neste País uma dinâmica de oposição popular e social a este Governo. Temos que decifrar essa esfinge, senão ela vai nos devorar. E essa é uma tarefa de todos nós.

Os Deputados e Senadores dos nossos partidos, não só do PT, têm uma grande responsabilidade, porque dialogamos e falamos com a sociedade, somos interlocutores de amplos setores da sociedade e temos acesso aos meios de comunicação.

Todos os Deputados aqui sabem - já falei isso aqui e quero repetir - que em qualquer cidade, tirando as capitais, em algumas capitais inclusive, a média das lideranças tem audiência nos meios de comunicação, o que é um grande problema

deste País, e tem audiência e diálogo nas entidades, articulação nas entidades reais da sociedade civil, principalmente do movimento popular sindical.

Vamos ter de equacionar essa questão de alguma maneira. É lógico que o foro das entidades democráticas populares pode marcar um dia nacional de protesto. Muitas entidades, muitos movimentos vão fazer atividades, mas o problema é como transformar isso em um movimento nacional em defesa do Brasil, ter uma plataforma que sinalize de uma maneira geral. As lutas locais, regionais, reivindicatórias e políticas de cada movimento - a CUT, o movimento dos sem-terra, a CONTAG, a Central de Movimentos Populares, as ONGs e os movimentos todos - têm sido feitas no País, com altos e baixos. O momento é de muita dificuldade em resolver o problema de mobilização e de agitação política. Temos visto isso.

Acredito que o cenário com o qual deveríamos trabalhar em 1999 é de degradação do quadro político institucional do País, do quadro social e econômico, de sangramento do País e de perdas.

A Deputada Maria da Conceição Tavares disse bem, o FMI, na verdade, passou a ser um instrumento do Governo norte-americano, inclusive os europeus falam isso. Não somos nós que falamos. Vários articulistas, inclusive de pensamento de direita, têm falado isso. O Brasil está nessa situação de semiprotetorado, o que é algo muito grave.

Inclusive, sou da opinião de que deveríamos contestar na Justiça os acordos com o FMI e processar por crime de responsabilidade o Presidente da República, o Presidente do Banco Central e o Ministro da Fazenda por não terem desvalorizado a moeda e terem permitido que todos os bancos internacionais e os principais detentores de títulos brasileiros fizessem, através dos recursos do FMI e de recursos orçamentários brasileiros, a transferência e a proteção dos seus ativos no Brasil. Isso é um crime de lesa-pátria.

Isso foi feito de maneira deliberada. Há articulistas, inclusive de direita, dizendo isso. Não deveríamos permitir a instalação do escritório do FMI no Brasil. O movimento social deveria protestar e resistir. O Governador Itamar Franco deu um choque no País. Qualquer que seja a avaliação que tenham sobre ele, eu tenho a minha: S.Exa. deu um choque no País. É um ano de grandes dificuldades. Apesar da situação objetiva ser amplamente favorável a nós, a correlação de forças é amplamente desfavorável. E muitos de nós temos experiência e já vivemos vários momentos políticos na história do Brasil. Este, porém, é um momento único. Dependerá muito da nossa capacidade.

O PT tem um papel importante no País. Acredito que teremos de, cada vez mais, ampliar as alianças políticas no País.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Déda) - Deputado, interrompo-o apenas para registrar a presença do Deputado Fernando Gabeira, do Partido Verde. (Palmas.)

Convidamos S.Exa. para tomar assento à mesa para participar da reunião conosco. Pode prosseguir, Deputado.

**O SR. JOSÉ DIRCEU** - Acredito que deveremos ter ousadia e audácia, e vamos ter de debater entre nós para chegarmos evidentemente a uma unidade com relação a isso. Falo isso porque vou defender essa questão no PT e publicamente. Deveremos ter um projeto de aliança com o setor do grande empresariado. Quando eu dizia isso, a Deputada Maria da Conceição Tavares quase me batia. E o Mangabeira disse que não acredita nisso, está muito descrente. O que ele encontrou no Brasil foi desilusão e covardia da parte do empresariado e todo mundo querendo virar importador, já que não conseguiram virar banqueiros.

Se não for assim, como será? Vamos debater. Por onde construirmos alianças capazes de romper esse bloco, já

que objetivamente ele está rompido? Objetivamente ele está rompido, do contrário não haveria um movimento contra juros altos, por restrições às importações. Claro que é um adversário nosso e que pode hegemonizar. Então, é mais perigoso. Uma coisa é um adversário político que pode disputar com você em uma frente, mas não pode hegemonizar, outra coisa é o adversário do poder econômico. Ele pode fazer disputa e pode hegemonizar na frente e você perder o controle do processo. Não vejo outra alternativa.

Isso significa que teremos de caminhar - esta é minha opinião pessoal - para uma concepção de centro esquerda de governo no Brasil. Digo isso porque acredito, caso contrário, não diria. Sei que estou sujeito a críticas. É uma questão polêmica e muitos companheiros e companheiras legitimamente são relativamente contrários a isso. Vamos ter de fazer um projeto econômico intermediário, desde que tenhamos uma estratégia de como ele se desdobrará. É um problema que vamos ter de enfrentar.

Então, como tenho convicção, o que disse evidentemente não se refere à atual conjuntura, mas quero claro que a minha visão, as minhas propostas estão ligadas a essa concepção. Que ninguém tenha ilusões de que estou propondo outra coisa para o PT, para o Brasil, neste momento.

Acredito que os nossos Governadores e Prefeitos têm papel importantíssimo nesta conjuntura, assim como essa bancada. Vamos ter de fazer um esforço partidário muito grande para destravar a mobilização, não é simples, não existem fórmulas prontas. Vamos ter de ampliar as alianças.

Sou favorável à abertura de um processo de articulação política com setores do empresariado, através dos partidos de esquerda, para criar um movimento, uma plataforma comum, ou pelo menos tentar criar, contra essa política econômica, essa hegemonia existente no País sob o comando do Senador Antonio Carlos Magalhães e do Presidente Fernando Henrique Cardoso, ou seja, essa coalizão conservadora que governa o Brasil. Que construamos uma outra coalizão, não só com a participação do pequeno e microempresariado, da pequena agricultura, mas também de grupos econômicos. Que ninguém diga depois que não falei. Isso não significa que neste momento não tenhamos uma tática ou política própria do PT e da esquerda, até porque essa é uma questão que tem de ser amadurecida entre nós.

Sou otimista com relação ao ano de 1999, porque acredito que vamos ser capazes de equacionar esses problemas que temos pela frente.

Muito obrigado. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Déda) - Agradeço ao companheiro José Dirceu. Tenho de abrir agora o debate. São 12h25. A nossa idéia é garantir, pelo menos, uma hora de debate antes de suspendermos a reunião para o almoço e recomeçarmos no Plenário nº 2.

Estão inscritos os companheiros Milton Temer, José Genoíno, Antonio Palocci, Marcos Rolim, João Paulo e Walter Pinheiro.

**A SRA. DEPUTADA MARIA DA CONCEIÇÃO TAVARES** - Peço aos companheiros que me façam umas perguntas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Déda) - Esclareço que o método não vai ser de perguntas para que a Mesa responda; será de intervenções e, ao final do bloco, cada expositor terá um tempo para fazer a sua conclusão, obviamente levando em conta a provocação do Plenário.

Temos uma hora. A reunião será no Plenário nº 1. Assim que terminarmos aqui, iremos para lá. À tarde, iniciaremos no Plenário nº 1.

Será estabelecido um tempo de três minutos. É um tempo curto, mas infelizmente é o tempo com o qual podemos trabalhar para permitir o maior número possível de intervenções.

Peço que as inscrições sejam feitas silenciosamente para não perdermos mais tempo. Para isso, solicito a ajuda da assessoria.

Tem a palavra o Deputado Milton Temer, por três minutos.

**O SR. DEPUTADO MILTON TEMER** - (Intervenção fora do microfone.) O companheiro José Dirceu estabeleceu um paradoxo, para mim, muito mais grave do que tinha estabelecido inicialmente. Consegui acompanhar sete oitavos da intervenção dele concordando - comentei com o Magela essa concordância -, e consegui ouvir a conclusão, exatamente em sentido contrário à minha opinião.

O principal paradoxo que se cria para nós é o de não podermos ser otimistas, porque a ampliação do espaço político da Oposição claramente se contrapõe ao absoluto estiolamento dos instrumentos que terá para, nos quadros da institucionalidade, gerar modelo alternativo a este que está aí. É evidente que não se enfrenta a inserção subalterna na globalização com o enfrentamento do grande capital, do livre fluxo de capital por números de computador...

**(Não identificado)** - Deputado Milton Temer, esta reunião está sendo gravada. Talvez fosse interessante V.Exa. usar o microfone.

**O SR. DEPUTADO MILTON TEMER** - Não vou repetir, a primeira parte fica perdida. É evidente que não se pode enfrentar isso sem pensar na importância do Estado e da Nação que queremos e o que é a empresa pública nesse Estado e Nação como instrumento democratizado e controlado socialmente, e não desmontado e privatizado, de contraponto a essa ação predatória do grande capital, com os seus cúmplices aqui dentro.

Então, é evidente que nesse contexto a questão tática assume importância fundamental. Não podemos pensar em 2002 com o planejamento de agora porque até lá pode acontecer no Brasil uma transformação qualitativa maior do que o desmonte da União Soviética, talvez até no sentido contrário, mas pode acontecer também o desmonte pela barbárie.

Temos de entender a falta de mobilização nesses termos. Fiz uma experiência que, pela minha timidez e pela minha falta de expansividade, tinha muita resistência a fazer, ou seja, entrar na rua, não em ato público organizado por partido, com a caixa de som, com um ou dois companheiros, pegar a calçada vazia e começar a falar. Esperar o pessoal voltar, como o pastor protestante, já que o evangélico está tão na moda. E aí constata-se que, longe de imaginar que o povo é desinformado e está sendo enganado, está muito informado. Depois, vêm dizer: "Temos de atacar isso e aquilo, temos de apoiar Itamar". Não estou com ele para Presidente, mas o gesto dele é um fato político qualitativo nesse contexto.

Nesse sentido, nós, como bancada, temos de olhar o comportamento dos Governadores com respeito, pelas dificuldades que cada um encontra. Mas cada Governador vai ter de entender que a bancada do PT não tem de

funcionar de acordo com a realidade do Acre, ou do Mato Grosso do Sul, ou de qualquer outro Estado. Vai ter de pensar em termos nacionais. E em termos nacionais, a bancada não pode aceitar.

Esse é um fato político fundamental, porque determina a discussão dos nossos caminhos. Que contemporizemos ou operemos tranqüilamente, diante de algo que o Governador Jorge Viana neste momento explicita e que, no meu modo de ver, põe por terra o Ato de Minas, apoiado pelo PT, com a presença de José Dirceu, pelo partido, e de Marcelo Déda, pela bancada.

Não é hora de derrotar Fernando Henrique? É hora, sim, de derrotar Fernando Henrique. Até para não ouvirmos Dora Kramer, no **Jornal do Brasil**, dizer: "O Governo Federal não tem nenhum plano de contra-ataque político ofensivo aos Governadores de Oposição. E, pela análise que é praticamente consensual na seara do Planalto, isso não será nem necessário". Por quê? Porque os Governadores se reúnem; o Olívio Dutra consegue tirar a posição da comissão - não ia haver nem reunião, ia ser só o ato - e, no dia seguinte, isoladamente, os Governadores, até mesmo um da comissão, vão falar com Fernando Henrique. Resultado prático: Fernando Henrique anula a reunião com a comissão de Governadores.

O PT deve-se pronunciar. O fórum formal, até para que a reunião do dia 5 tenha alguma importância, é a comissão. Isso é respeitar as instâncias. Respeitamos os Governadores, mas a bancada, que faz política nacional, e não de somatória de Estados, tem de definir isso. E, no meu modo de ver, é um ponto que deve ser apresentado ao debate.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Déda) - Concederei a palavra ao Deputado José Genoíno, por três minutos. A Mesa tem de fazer uma opção: ou fica enlevada pela intervenção dos companheiros, que são excelentes, ou vai cumprir o tempo de que dispõem os companheiros para falar. Vou ser rigoroso nos três minutos.

Antes de conceder a palavra ao companheiro José Genoíno, só para organizar, lerei a relação dos inscritos: Milton Temer, Genoíno, Antonio Palocci, Marcos Rolim, João Paulo, Walter Pinheiro, Nelson Pellegrino, Vanio, Ricardo Berzoini, Wellington Dias, Jaques Wagner, Babá, Carlito Merss, Fernando Ferro, Ben-Hur Ferreira, o companheiro Waldir Pires, que, aliás, tinha pedido a palavra antes, Avenzoar Arruda e Padre Roque.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ GENOÍNO** - Companheiros e companheiras, acho que o diagnóstico apresentado é muito importante, muito interessante. Concordo basicamente com o que foi apresentado.

Queria fazer a minha intervenção basicamente concordando com algumas considerações de José Dirceu no seguinte sentido: acho que o grande dilema num quadro de crise política - e estamos vivendo uma crise política, porque este Governo tomou posse há quinze dias, nomeou o Ministério há quinze dias, e já está derrotado - há um paradoxo. No Parlamentarismo, a saída política seria a substituição do governo, porque aquilo que o sustenta e o legitima não existe mais. Mas existe aí um problema: há necessidade de uma discussão política, pois no quadro de crise os atores políticos têm de manter suas identidades, suas posições e suas propostas, para não entrar na idéia da salvação nacional, da administração na crise, nem do pacto. Esse é um debate importante para nós. No quadro de crise, as forças de oposição não podem perder suas identidades, suas bandeiras, seus programas.

Nesse quadro de crise, temos de deixar claro os limites e partir de dois extremos: nem temos uma correlação de forças para propor a derrubada, nem é correta a adesão ao pacto ou à união nacional.

O Partido dos Trabalhadores tem de construir um movimento político de alternativa de governo articulando, no meu modo de entender, três frentes essenciais para a nossa construção política: a organização da Oposição no movimento social, porque a crise pode esgaçá-lo, destruí-lo e o caos pode desorganizar o movimento. Temos de dar especial atenção a esse problema de articulação da oposição social.

Segunda: a Oposição parlamentar deve ter audácia, uma agenda para discutir suas grandes alternativas para a crise; deve ser dura, forte e competente.

Terceira: a articulação com os Governadores e os Prefeitos, para evitarmos a experiência trágica do Espírito Santo, sem considerar que os administradores do PT vão estar na linha de vanguarda da Oposição. Mas não pode haver uma contradição entre a tática geral do partido em buscar alternativas para a crise e a atitude política das administrações do PT, no âmbito municipal e estadual.

Nesse sentido, temos de estimular fóruns para discutir as propostas do PT para a crise, no âmbito dos Executivos onde governamos, com essa aliança.

Concordo que a atitude que tivemos em relação ao Governo Itamar Franco foi basicamente correta. Fóruns de debates estão sendo promovidos pelo movimento sindical com os setores empresariais, que estão se opondo à política econômica do Governo. E, no âmbito político-partidário, ampliaremos as alianças, para constituir um movimento político que dê visibilidade à agenda alternativa das esquerdas para a crise.

Nesse sentido, o nosso grande dilema - aí concordo, José Dirceu, com a sua observação - é a esquerda hegemonizar uma alternativa para a crise, fazendo a ampliação. Temos de ampliar as alianças com o empresariado e com a centro-esquerda. Agora, o Partido dos Trabalhadores deve ter cuidado especial para não perder essa hegemonia política, porque podemos ser pressionados pelo movimento de opinião pública para a idéia da salvação nacional e para administrar a crise, ou eles poderão nos colocar no isolamento.

Portanto, temos de caminhar no fio da navalha, com essas três frentes bem articuladas, sinalizando para a sociedade que temos um projeto de futuro para o País, econômico, social, de reformas políticas democráticas, de resistência e, ao mesmo tempo, de afirmação de uma alternativa.

Se conseguirmos, neste quadro de crise, apontar um caminho, acumularemos experiências nos anos de 1999 e 2000; aí, sim, poderemos ser alternativa política de poder e de Governo em 2002.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Déda) - Muito obrigado, companheiro Genoíno.

Com a palavra o companheiro Antonio Palocci, por três minutos.

**O SR. ANTONIO PALOCCI** - Seguirei a linha da intervenção do Deputado José Genoíno, considerando também o problema que o Deputado Milton Temer abordou em sua introdução.

Acho que o Temer tem razão em dizer que, se não houver, no caso do movimento dos Governadores, a possibilidade de uma condução comum e organizada do processo, ele provavelmente se perderá.

Em relação ao que o Deputado José Dirceu nos apresentou como um problema, acredito que, se não houver a transição da iniciativa dos Governadores para um movimento como o que o Genoíno aborda, a unificação disso

com outros setores, ela tende a se desintegrar. Ou seja, pensando do ponto de vista das tarefas que um Governador, ou uma executiva, se propõe a realizar, não há como imaginar que se prolongue um movimento de manifestações e de iniciativas que se contraponham ao Governo Central. Isso tende a se desintegrar se não for associado a um esforço que o una a outras partes.

Dessa forma, acho que V.Exa. está certo quando diz que temos de chamar a turma para a adoção de um procedimento comum. É preciso ter uma proposição política nacional, sem o que acho que cada um desses setores que se articulam vai-se desintegrar.

Por exemplo, há dois anos o PT incentivou a realização daquele fórum de entidades - houve um grande encontro em Brasília e outro em São Paulo -, que hoje também é insuficiente para ser retomado. É necessário, mas insuficiente.

A FIESP está tomando iniciativas importantes. Para a última plenária que fez, a FIESP convidou Deputados de vários partidos, principalmente forças de oposição. Era uma plenária da FIESP, dos empresários de São Paulo, em que houve um combate sistemático às medidas econômicas do Governo. Ocorre que também esse movimento da FIESP não tem conseqüências práticas. Ele não se emenda com nada, não se enlaça a nenhuma outra iniciativa. Quero apenas sugerir que a proposta do Genoíno no sentido de trabalharmos com fóruns seja mais elaborada. Devemos, a partir do PT e dos partidos da Frente, propor a criação de um fórum nacional emergencial que reúna os Governadores de oposição, a coordenação daquele movimento de entidades democráticas e os Parlamentares de oposição no Congresso Nacional.

Além disso, ao que o Genoíno disse a respeito dessas três frentes eu agregaria também um convite ao empresariado disposto a estabelecer um conjunto de pontos de uma política econômica e social alternativa para o Brasil.

A partir disso - da criação de um fórum nacional, e não de um conjunto indiscriminado de iniciativas - poderemos articular um movimento de propaganda de um conjunto de pontos alternativos e de movimentação política em torno desses pontos, que tenha uma base no Congresso Nacional, uma base na ação dos Governadores, uma base no movimento social e que fustigue também o empresariado a se manifestar em torno disso.

Esse seria um caminho importante, primeiro para não deixar que cada um desses movimentos isolados se esgote, como estão tendendo a se esgotar. Por exemplo, se repetirmos hoje aquele encontro de entidades de dois anos atrás, veremos que ele tende a agendar uma ou duas manifestações e se esgotar. O movimento dos Governadores vai esgotar-se rapidamente, porque a realidade dos Governos se impõe em relação à atitude que eles tomem corretamente, tomaram até o momento da última reunião e ainda estão desenvolvendo, mas isso não sobrevive isoladamente.

Minha proposta é caminharmos no sentido de estabelecer um fórum nacional e articular, a partir da frente dos partidos, com Governadores, centrais empresariais, centrais sindicais do movimento social e os Parlamentares de Oposição do Congresso

Nacional um fórum que possa estabelecer, através de um comando executivo, um conjunto de pontos que defendamos para um caminho alternativo do ponto de vista econômico-social para o País.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Déda) - Convido o companheiro Walter Pinheiro a me substituir na coordenação dos trabalhos por alguns minutos.

Passo a palavra ao companheiro Marcos Rolim.

**(Não identificado)** - Vou pedir licença aos companheiros: preciso me ausentar por quinze minutos; acabei de falar, e fica mal sair em seguida.

**O SR. MARCOS ROLIM** - Primeiramente, quero cumprimentar todos os companheiros e companheiras presentes e falar da minha satisfação de participar pela primeira vez de uma reunião de bancada e do gosto de participar de uma reunião de tamanha importância política como esta e do debate político proposto pelas intervenções iniciais. Quero levantar minha preocupação a respeito de um tema cuja discussão, se possível, gostaria que a Mesa retomasse ao final. Acho que vai ser esse o encaminhamento a ser dado. Solicitaria que retomássemos uma questão que não ficou clara, pelo menos para mim, tendo em vista a forma como os painelistas inicialmente apresentaram suas idéias.

Ouvi atentamente a intervenção da Deputada Maria da Conceição Tavares e do companheiro Aloizio Mercadante a respeito da crise econômica e da situação atual. De tudo que pude perceber da intervenção de um e de outro, mesmo com as eventuais diferenças ou com a nuance diferenciada, tanto um quanto o outro apontam de forma muito séria para a gravidade e radicalidade da situação que estamos vivendo neste momento. Precisamos ter certo cuidado, porque já há, a partir do discurso dos companheiros, autorização de uma perspectiva catastrofista a curto prazo para a economia brasileira. Foi assim que eu compreendi. Isso apareceu com mais nitidez na intervenção da companheira Maria da Conceição Tavares.

Estamos diante, portanto, de uma situação gravíssima. Se isto for verdade e se tivermos condições de concluir entre todos nós que há uma situação gravíssima, é preciso tirar as conseqüências práticas desse diagnóstico. A primeira delas: estamos numa conjuntura essencialmente diversa daquela em que estávamos há três ou quatro meses. Trata-se de outra conjuntura. Se estamos diante de outra conjuntura, é preciso outra política, ou não entendo absolutamente nada do que seja a tática, do que sejam os ajustes necessários.

O que não ficou claro para mim é o que muda na conduta política que iremos assumir a partir desta nova conjuntura. Ficou meio estranho o seguinte: diz-se que a situação é gravíssima, radical, catastrófica, e, assim, repetimos o discurso que vimos dizendo há dois, três anos. Das duas, uma: ou a repetição desse discurso não vai ajudar em nada, ou a situação não é tão grave como está se dizendo.

Para ser coerente é preciso dizer o seguinte: a situação é gravíssima, o que vamos fazer é diferente do que temos feito na oposição ao Governo Fernando Henrique Cardoso.

Esta a primeira questão: o vínculo entre a análise econômica feita, análise de conjuntura, e a repercussão política tática imediata.

Talvez um dos problemas da correlação de forças desfavoráveis que temos enfrentado, além da correlação objetiva, **stricto sensu**, é o fato de que, em muitas oportunidades, não conseguimos apresentar com nitidez para a sociedade as propostas específicas de intervenção do PT na

conjuntura concreta.

Não sei, especialmente no Rio Grande Sul, vendo a distância, muitas vezes me pareceu que respondíamos a crise com nosso programa ou com as reformas estruturais pelas quais lutamos. Mas é difícil apresentar uma política de intervenção concreta na conjuntura, oferecendo nosso programa como alternativa. Isso fazemos em época de disputa eleitoral, quando está em jogo o poder etc.

A grande questão para mim é a seguinte - o companheiro Aloizio Mercadante falou um pouco nisso ao final de sua intervenção, mas não ficou claro: quais são, na opinião dos companheiros, as propostas políticas específicas para se enfrentar a crise hoje, na conjuntura nova que ela inaugura? Enfim, refiro-me ao que responder cada um de nós ao repórter que perguntar o que faríamos, diferentemente do que está sendo feito, se estivéssemos no Governo agora. Como não sou economista, sou ignorante em economia, tenho dificuldade em responder. O problema é que meu partido não me esclarece quanto ao que deve ser respondido. Seria interessante que aprofundássemos esse debate específico.

Por fim, essas propostas específicas envolvem também alianças específicas. Então, o que muda na política de aliança aqui dentro ou na relação com a sociedade? Eu acho que a fala do Deputado José Dirceu já abriu um caminho no sentido de se pensar sobre isso.

Peço mais quinze segundos para fazer uma observação sobre a questão dos Governadores. Estou de pleno acordo com o Deputado Michel Temer quando ele diz que a bancada federal não pode estar a serviço do interesse de um ou de outro Estado, que temos de pensar globalmente. Mas entendo também que temos de respeitar a forma específica de tratamento que cada Governador vem alcançando, com as mediações particulares que eles fazem, mesmo que haja, eventualmente, declarações infelizes de um ou de outro Governador. Não podemos ter uma idéia de bloco ou impor a adoção de determinada atitude. Sei não ser isso o que o Deputado Michel Temer pensa. Acho, por exemplo, que a postura que o Governador Olívio Dutra tem assumido no tratamento da dívida tem sido bastante moderada e responsável. O Diretório Estadual do Rio Grande do Sul reuniu-se logo após as eleições e tomou a resolução de que o Governo tinha de assumir uma postura de oposição radical ao Governo Fernando Henrique. Creio que essa resolução foi lida pelo Governador Itamar Franco em Minas. Penso que temos de ter cuidado e procurar não homogeneizar um tratamento que seria ideal no enfrentamento ao Governo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Déda) - Com a palavra o Sr. Deputado João Paulo.

**O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO** - Companheiros, a Deputada Maria da Conceição Tavares tem insistido na gravidade da crise já há algum tempo. Evidentemente, com as medidas das últimas semanas, tornou-se mais público aquilo que ela vem falando pelos quatro cantos, muitas vezes sozinha.

Com a crise econômica, com a destruição do nosso parque, com os problemas na agricultura, com a queda do PIB, com a recessão, ou em decorrência dela, a crise social tende a aumentar em nosso País. O desemprego tende a aumentar, como todos têm dito. Há a crise dos pequenos proprietários rurais, dos pequenos empresários, dos sem-terra. Vão surgir também, em decorrência, movimentos nas áreas da saúde e da educação. Com a crise que vem, a situação das universidades vai se agravar, as empresas privatizadas vão ter problemas com tarifas, haverá queda dos serviços etc. Há ainda um terceiro aspecto de crise, a institucional - certamente a maior, pelo menos da história contemporânea -, que questiona brutalmente o pacto federativo, o papel dos Estados e Municípios. E como devemos tratar cada uma delas?

Em minha opinião, o PT precisa ter alianças, mas não uma aliança global para este momento. Concordei com quase tudo que o Deputado José Dirceu disse e tenho até, em tese, simpatia por sua conclusão, apenas a considero precipitada. Não há necessidade de o PT estabelecer desde já uma política de aliança, sem sabermos exatamente com quem vamos reconstruir esta Nação.

Esta Nação, após o segundo período do Presidente Fernando Henrique Cardoso, vai estar absolutamente destruída. Não há parque industrial. Para recuperar isso, vamos levar anos. O Estado brasileiro não vai ter mecanismos para investir numa política desenvolvimentista. Com quem vamos reconstruir isso? Não há como definir isso nesta conjuntura. Não é preciso dizermos agora com quem vamos nos aliar. Vamos aguardar um pouco mais. Vamos aguardar a decorrência dessa crise. Aí, sim, concordaremos em discutir com quem vamos nos aliar. Não descarto, em tese, uma aliança com o grande empresário ou com o pequeno empresário, com o setor do empresariado nacional. Mas por que vamos definir agora, se eles, a partir de uma reunião na FIESP, conseguiram emplacar o Ministro do Desenvolvimento, se eles têm facilidade brutal para se adequar à política de saída por cima? Não precisamos decidir isso já.

O que entendo que devemos fazer? Primeiro, precisamos ter uma ação ofensiva, com propostas econômicas. Se não é o nosso programa, alguma coisa tem de haver. Há espaço hoje na sociedade para discutir. A companheira Maria da Conceição Tavares, no último período, teve mais espaço na imprensa do que teve em todo o ano passado, ou estou errado? Estamos sendo ao menos minimamente ouvidos porque a crise é grave. Então, precisamos definir como formalizar algumas idéias para podermos dialogar com os grandes setores. A Deputada companheira Maria da Conceição Tavares, o companheiro Aloizio Mercadante, o Senador Eduardo Suplicy, o Jorge Matoso, o Paulo Nogueira Batista Júnior, enfim, temos de juntar essa turma e ver como fazemos.

Em segundo lugar, no âmbito do PT, o partido tem de se preparar para a mobilização social. Vai haver mobilização. Não quero ser profeta e diagnosticar profundamente isso. O problema é que o Presidente Fernando Henrique hegemonizou a sociedade por quatro anos. Ele ganhou a eleição de 1994, ganhou o debate político na sociedade e comandou a política e as idéias da sociedade por quatro anos. Não é simples mudar a cabeça do povo em dois ou três meses. Mas ela vai mudar daqui a cinco ou seis meses. O povo vai cansar-se disso, vai descobrir isso e vai haver mobilização.

Quanto a esse fórum de Governadores, temos de atuar ofensivamente, mas precisamos tomar cuidado. Faz aliança exatamente - alguém disse aqui - quem hegemoniza. Não podemos ser dirigidos; temos de dirigir. A população brasileira deu-nos isso na última eleição e elevou Lula a grande líder da Oposição. Não vamos abdicar disso. Vamos nos aliar, mas continuar conduzindo isso. Estamos conduzindo.

Por fim, temos mecanismos aqui no Congresso. A bancada vai ser mais ouvida; os Deputados e Senadores vão ser mais ouvidos, agora. Fernando Henrique Cardoso não vai ter aqui a hegemonia tranqüila. Não vai passar trator,



como passou nesses quatro anos, porque a maioria que está aqui tem instinto de sobrevivência. Temos mecanismos. Vamos pôr em pauta, rapidamente, a discussão da Lei Kandir. Há projeto do companheiro Miguel Rosseto que minimiza isso. É um instrumento de debate. Vamos rediscutir o FEF. São coisas elementares, mas podemos dar essa contribuição. (Pausa.)

**(Não identificado)** - Com a palavra o Sr. Deputado Waldir Pires.

(Intervenções paralelas. Ininteligíveis.)

Pediria aos colegas que nos ajudassem, pois há um orador inscrito.

**O SR. DEPUTADO WALDIR PIRES** - Ouvi todas as intervenções e o debate, com enorme atenção, de nossa mestra de sempre, Conceição Tavares, da juventude de Aloizio Mercadante, as reflexões do Presidente José Dirceu. Quero dizer a vocês que realmente temos de refletir muito sobre a tática da grande luta que teremos de travar, sobretudo na Câmara, nesta legislatura, não somente pela denúncia, pelas informações econômicas de Maria da Conceição Tavares e de Aloizio Mercadante, mas por tudo que todos nós constatamos.

Esta é, sem nenhuma dúvida, a maior crise do século. O Brasil nunca enfrentou crise como esta a que estamos desafiados a enfrentar, para vencer. Mas creio que o País tem uma condição excepcional, rara: a de dispor de um partido como é o PT hoje. Não existia partido político no Brasil na gravíssima crise de 1929, da qual resultou a Revolução de 1930. A solução saiu pelas oligarquias. Nos anos 60 foi a mesma coisa. Tivemos uma gravíssima crise de conflito entre a capacidade de desenvolvimento instalado da economia brasileira no processo industrial e o estrangulamento das estruturas arcaicas, atrasadas, da sociedade. Na redemocratização dos anos 80 não nos tínhamos preparado politicamente. O comando da luta política se deu através de uma frente de forças que não eram partido político. Conseqüentemente, tinham uma visão de confronto da realidade nacional, mas sem a clareza dos princípios e objetivos de uma luta que ao mesmo tempo era de libertação, de transformação e de organização de uma sociedade democrática.

Hoje, estamos aí, em face da "desconstituição" da Nação, da desagregação nacional, da destruição do sistema produtivo brasileiro, da perda dos valores. Creio que os princípios que estão no programa do PT coincidem com os grandes princípios constitucionais que a Nação adotou no seu pacto de 1988, até que fosse elaborada uma Constituição que, pela primeira vez na história da República, estabeleceria, no título primeiro, o que se pretenderia como sociedade e como Nação, ao invés de simplesmente enunciar normas organizatórias do Estado. Tenho impressão de que duas coisas são essenciais: no plano das transformações e da lealdade, a idéia de Nação, de sociedade democrática; e a necessidade de que esta Nação e esta sociedade somente serão construídas democraticamente se soubermos impedir o desmantelamento do Estado, se tivermos um Estado democrático. Há de ser uma luta aqui dentro, nesta legislatura, de restauração da capacidade organizatória e dirigente do Estado democrático brasileiro.

Creio, portanto, que no plano da luta tática teremos de fazer isso: ter alianças em todos os setores da sociedade hoje agredidos. Esta Casa tem de impedir a continuação do desmantelamento da economia nacional, tem de impedir as privatizações. Aliás, não são privatizações. São a "despatrimonialização" do Brasil. Não é privatização para arrecadar dinheiro com o intuito de corrigir problemas causados pela dívida social, nem para reduzir o endividamento externo ou interno. É simplesmente para desconstituir a Nação.

Por isso, temos de ter muita clareza quando da mobilização tática. O partido deve abrir-se a todos os setores que, agredidos, se dispuserem à luta de salvação. Inicialmente, temos de salvar o Brasil, a identidade, a idoneidade nacional brasileira e manter os objetivos e os princípios de uma Nação que se organiza para uma sociedade livre e justa.

Creio, portanto, que é isso, meu caro Líder. Estamos abertos para um processo tático, que não deve ocorrer - concordo com isso - no momento enunciado, mas que deve ser aberto a todos os campos, aos Governadores, setores públicos e privados, lideranças, na mobilização social do povo brasileiro.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Déda) - Obrigado, companheiro Waldir Pires.

Está com a palavra o Deputado Walter Pinheiro.

**O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO** - Também quero levantar a questão do otimismo, já apontada por José Dirceu. A conjuntura até nos traz este otimismo.

Sobre os instrumentos que poderão potencializar a ação da Oposição, é claro que isso reacende o otimismo quanto ao enfrentamento que teremos neste período. E acho que temos de ter o trato em relação a essa questão. Não somos nós que jogaremos para ajustar a crise, mas temos de ter claro que essa crise é resultado de uma política equivocada. Por diversas vezes, apontou-se que o descaminho do Governo levaria a isso. Não há essa possibilidade. Se tivermos de apresentar o plano de salvação para o descaminho do Governo, ficaremos encalacrados, entraremos numa seara complicada.

É óbvio que a Oposição - e essa é a tarefa agora - pode apontar caminhos, sugerir alternativas. Mas é fundamental construir algumas áreas e alguns pactos para, inclusive, se credenciar para isso.

O primeiro pacto, o central, da Oposição será com a sociedade. Devemos ter possibilidade de diálogo com a sociedade. Como vamos inserir nossa ação no contexto lá de fora, com a retomada das mobilizações populares, com a retomada do movimento social? Como isso casa com o desejo da Oposição e a possibilidade de retomar?

Um ponto importante. Se um Governador incomoda muita gente, três Governadores incomodam muito mais.

Compreendemos o papel dos nossos Governadores, que têm a tarefa de administrar - têm na mão, vamos dizer assim, a bomba e a crise - e têm todo o direito de discutir as formas. Agora, não dá para perdemos de vista a importância que os três governos têm na junção do papel da Oposição com a atuação desses três governos. Ora, se Itamar roubou a cena... Não há motivo para essa ciúmeira. Não se trata de dizer que tinha de ser Olívio Dutra, Jorge ou Zeca do PT. Nada disso. Trata-se não apenas de discutir com esses governadores uma política hegemônica que esta bancada e o partido têm o compromisso de viabilizar, mas também de combinar essa tarefa com a ação dos Governos de Estado.

Não concordo, de forma alguma, que tocar a gestão administrativa isso signifique que os Governadores têm de ter políticas autônomas gerais. O debate agora é a política geral. E, nesse ponto, entram alguns setores, sobre os quais quero levantar alguma preocupação.

Também sou favorável ao pacto do empresariado, mas é preciso discutir com esse empresariado não apenas a

política de juros altos. A FIESP tinha como preocupação principal discutir com o empresariado um projeto de Nação. Os empresários - essa é a questão central - não toparam fazer esse debate; correram do povo num momento de reformulação do nosso parque industrial, da nossa capacidade de produção tecnológica; optaram pelo processo de destruição das nossas empresas. São parceiros nessa política. Estão inclusive sob o comando do capital internacional e de grandes conglomerados, mas se submeteram a isso. Agora, foram completamente unidos e, portanto, estão chiando por essa disputa.

Para encerrar, quero dizer o seguinte: alguns até falam da nossa luta contra a privatização etc. O que resta é muito pouco. Qual o caminho para enfrentar esse cenário? Há, nessa questão, um ponto fundamental, porque combina com a ação que V.Exa., Deputado João Paulo, destaca bem: como combinar a ação e com quem vamos fazer o pacto? É questão de controle público. Essa é uma brecha na qual teríamos de entrar efetivamente, nesse cenário já completamente destroçado, a não ser debatêssemos sobre a reestatização principalmente dos setores vitais. E como trabalhar, no cenário atual, a questão daquelas empresas que ainda não foram? Qual o papel do Congresso Nacional daqui para adiante? Qual o nosso papel dentro dele?

Este Congresso a não tem como votar mais nada. Tudo o que tinha de ser votado, tudo o que foi pedido pelo Governo, este Congresso votou e entregou de mão beijada, negociando ou não. Portanto, agora a tarefa do Congresso é outra. Acho, sim, que se abre espaço para que internamente tenhamos uma outra possibilidade de intervenção, mesmo que institucional, mas severamente combinada com a nossa ação na sociedade.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Déda) - Tem a palavra o companheiro Nelson Pellegrino.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Tanto na reunião passada como nesta, verifiquei que temos muita unidade no diagnóstico da crise, do que está sendo feito com o País. Talvez tenhamos nuances em relação ao desdobramento da maneira como enfrentar esse processo.

Quero partir de uma observação feita pelo companheiro Milton Temer em relação à fala do Governador do Estado do Acre, Jorge Viana, quanto a como enfrentar, neste momento, a crise do País e, evidentemente, o posicionamento.

A partir das posições defendidas por nosso companheiro, podemos fazer um grande debate sobre o porquê de o PT não se constituir, nas eleições, em hegemonia, em alternativa. Não está se constituindo.

Quero, inclusive, marcar uma certa unidade com o que Aloizio Mercadante observou. Acho que o PT tomou posição muito tardia nas eleições presidenciais. Esse retardo para nos posicionar frontalmente contra tudo o que está aí aconteceu porque ficamos com muito medo de enfrentar o Real. Imaginávamos - corretamente, porque do imaginário popular o real tinha um peso muito grande - que enfrentá-lo era um descredenciamento, do ponto de vista eleitoral. E acabamos sendo derrotados, porque não conseguimos fazer esse enfrentamento, não conseguimos mostrar que o real tinha outras facetas, que com ele, na verdade, se pretendia muito mais do que a estabilidade da moeda.

Então, neste momento, o que está posto para o nosso debate é o seguinte: ou partimos para uma política de combate frontal a esse modelo que está aí, em todos os campos, construindo uma alternativa, ou vamos continuar sendo derrotados, não vamos nos constituir nunca como alternativa global. A questão central hoje, na minha opinião, é esta: trata-se de uma disputa de hegemonia.

Dizia a Lula, há um ano, antes da eleição: "Lula, estou andando pelo interior e estou convencido de que o povo não quer votar em Fernando Henrique Cardoso, não está satisfeito com a situação do País."

Disse para o Lula que, um ano antes da eleição, andei pelo interior e estava convencido de que o povo não queria votar no Sr. Fernando Henrique Cardoso nem estava satisfeito com a situação do País. No entanto, o povo não conseguia nos enxergar como alternativa. Essa é a questão central: conseguimos fazer, com clareza, um diagnóstico do desmonte do País, o povo continua completamente insatisfeito com o que está aí, mas não conseguimos fazer com que nos enxergassem como uma alternativa.

No imaginário popular, o único caminho para o enfrentamento dessa crise é o que o Sr. Fernando Henrique Cardoso está fazendo. Isso é o que é mais grave. No imaginário popular, as pessoas não conseguem enxergar outro caminho. A fala do companheiro Marcos Rolim é reveladora nesse sentido. Ele pergunta: Qual é a alternativa? O que estamos propondo? O que faríamos senão o que o Sr. Fernando Henrique Cardoso está fazendo? Isso revela a clara crise de disputa de hegemonia na sociedade. Enquanto ficarmos presos a essa lógica, vamos continuar sendo derrotados, e o Sr. Fernando Henrique vai continuar destruindo o País. E declarações, como a do companheiro Jorge Viana, de que estamos isolando o Sr. Fernando Henrique Cardoso no atual momento só joga água no moinho. A questão concreta não é essa, mas sim a de que Fernando Henrique Cardoso está fazendo tudo errado, que precisamos dizer isso para o País e apresentar alternativas.

Concluo, dizendo algo que talvez seja dispar com relação ao que já falei. A Igreja Católica este ano vai desenvolver uma campanha que acredito muito importante. O Papa possui a tese de que no ano 2000 devemos zerar tudo, inclusive as dívidas. E a Igreja vai colher este ano milhões de assinaturas pelo perdão das dívidas dos países do Terceiro Mundo.

Acredito que o PT, como partido - e essa é uma questão estratégica na minha opinião -, do ponto de vista do desenvolvimento e da relação mundial de poder, precisa abraçar essa questão e colocar a nossa militância para fazer essa campanha, porque ela vai mexer profundamente com um dos núcleos centrais dessa dominação internacional: o problema das dívidas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Déda) - Essa proposta do Papa tem mais de 5 mil anos. Na tradição judaica, de sete em sete anos liberavam-se as dívidas, tanto no Levítico quanto no Eclesiastes.

Com relação à moratória divina, o Padre Roque responde. É a palavra do Vaticano.

**(Não identificada)** - Essa também vai zerar os pecados.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Déda) - Com a palavra o companheiro Vanio dos Santos.

**O SR. DEPUTADO VANIO DOS SANTOS** - Companheiras e companheiros, gostaria, inicialmente, de saudar a todos.

Como esta deve ser a última reunião da bancada da qual participo, aproveito para deixar um grande abraço aos nossos companheiros Deputadas e Deputados, além de saudar os novos que estão chegando.

Quero falar sobre três questões que considero fundamentais. A primeira delas é sobre o PT. Acredito que é fundamental - e essa foi minha postura na bancada - dizer que não encontrei no PT nenhum neoliberal, nenhum

traidor de classe, mas sim companheiros que, apesar de divergirem, deram, durante esse período de dois anos em que estive aqui, sua contribuição, fazendo oposição e apresentando propostas. Portanto, muitas vezes encaramos falsos debates dentro do partido.

Estou dizendo isso porque é preciso revermos algumas coisas. Faço parte do Diretório do Estado de Santa Catarina, cuja hegemonia é tida como do campo da Esquerda no PT em âmbito nacional. Não vou relatar os problemas existentes lá, porque isso já está sendo feito em um documento à parte, mas é preciso resgatar alguns princípios de relacionamentos, inclusive éticos, entre os companheiros do PT, porque o partido é o nosso instrumento de luta e essa é uma questão fundamental. Todavia, vou poupá-los desse debate.

A segunda questão que quero abordar aqui diz respeito à articulação partido/bancada e às diversas instâncias partidárias. Essa é uma questão fundamental, por quê? Não vou citar aqui um exemplo para fazer luta interna, abstenho-me disso, mas quero ter o direito de fazer uma crítica. Quando se discute um caminho tático, penso que ele deve ser operado pelo conjunto do partido, pela Direção Nacional, pelo nosso Presidente, pela bancada, pelos Deputados, por todos.

No entanto, reunimo-nos aqui como bancada, discutimos uma tática em relação ao Governo, que era exatamente apressar o processo da CPI com relação ao problema da escuta telefônica e outras questões, mas sequer fomos informados que o nosso Presidente de honra, naquela mesma noite da discussão, visitaria o Presidente Fernando Henrique Cardoso, num momento, a meu ver, equivocado e de uma forma equivocada. Isso nos desmonta.

Aqueles que por uma decisão partidária vão a plenário fazer esse enfrentamento e depois recebem telefonemas do seu Estado, sabem qual a razão, o objetivo de uma visita como essa. Porque, quanto mais alto o cargo, quanto maior a figura - e digo isso devido ao amor que tenho pela figura do Lula, que, sem dúvida, é o maior companheiro que temos no partido, que deu e dá a sua vida por esse partido... Então, abstraio a luta interna, mas penso que uma decisão deve servir ao filiado do partido, mas também deve servir... E, vejam, antes discutíamos iniciativas do partido dessa natureza, porque o Lula tinha saído de uma eleição presidencial e era o nosso candidato à Presidência. Portanto, essa ação precisa ser sempre articulada e encaminhada pelo conjunto do partido.

Aqui quero destacar uma dúvida que tenho. Com relação ao paradigma referido pelo companheiro Zé, talvez o devolva em forma de pergunta, o que é um desafio, pois não tenho condições pessoais de responder. É o seguinte: ao fazermos essa aproximação - inclusive, acho que o companheiro Walter Pinheiro falou aqui - o movimento da FIESP é o responsável por essa política de sustentação, por parte do financiamento que apoiou a campanha do Fernando Henrique Cardoso. Pergunto, na expressão do Zé: nós, que ainda temos um pé no movimento social, como é que conciliamos a reaproximação com esses segmentos excluídos da sociedade, que não têm uma voz, que não são organizados, junto com essa amplitude, com essa aproximação com um setor que historicamente nunca esteve do nosso lado e, por puro oportunismo, para manter a sua margem de lucro, para manter a sua hegemonia econômica, talvez tenha tido algumas iniciativas de questionar, no período pós eleitoral, a política econômica do Governo?

Esse é um dilema, companheiro Zé, ao qual não consigo responder. Não sei se ganharíamos de um lado e perderíamos na outra ponta.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Déda) - Estamos com um problema, porque, independente do apito da campanha, em cada intervenção estamos gastando, em média, de cinco a seis minutos.

**(Não identificado)** - É um período razoável.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Déda) - Razoável? Temos vinte e um inscritos e ainda estamos no décimo, isso é preocupante. Peço aos companheiros que tentem observar o tempo.

Tem a palavra o companheiro Berzoíni, que disporá de três minutos.

**O SR. RICARDO BERZOÍNI** - Logo na minha vez? Não tem problema, eu sou sintético.

Quero fazer uma consulta ao companheiro Zé, para não esticar a minha intervenção.

Companheiro Zé, do ponto de vista da televisão, quando é que teremos direito de pedir o programa do primeiro semestre?

**O SR. ZÉ** - Os programas já foram pedidos por todos os partidos, já que havia um prazo legal. Não consigo me recordar agora, mas mandarei verificar quando é que pedimos.

**(Não identificado)** - ... final de maio

**O SR. ZÉ** - Maio?

**(Não identificado)** - Final de maio?

**O SR. ZÉ** - E os programas regionais são antes.

Mas podemos negociar se tomamos uma decisão, porque é algo que está na pauta da executiva. Existe uma margem de negociação.

**O SR. RICARDO BERZOÍNI** - Estou perguntando isso pelo seguinte: em função do próprio debate que se travou no final da campanha presidencial existe um espaço imenso. Estou constatando isso nas ruas, principalmente após o agravamento da crise. Mas, antes disso, com a moratória de Minas e com o processo de tensionamento em relação às dívidas dos Estados, da execução do orçamento dos Estados e Municípios, já existia um espaço crescente para o PT se posicionar em relação a essa situação.

O único meio de termos um posicionamento claro em relação a isso, dada a maneira como a maior parte da mídia trata a questão econômica, de maneira superficial e desonesta, é, primeiro, resgatarmos o que dizia o companheiro Aloizio Mercadante em relação à defesa das reservas e à mudança do modelo econômico, que estava calcado essencialmente na geração de déficits da balança comercial e, a partir daí, no financiamento via juros altos.

Segundo, esclarecermos a questão do ataque feito ao Itamar Franco em relação à questão da moratória. Celso Furtado, no jornal **Folha de S. Paulo**, caracteriza muito bem que moratória não é calote, mas renegociação. É uma tradição econômica e financeira a moratória para a renegociação. Seria

fundamental caracterizarmos muito bem isso para a sociedade, inclusive para não gerarmos esse tipo de confusão que hoje está demonstrada na declaração do Jorge Viana, também do jornal **Folha de S. Paulo**.

Isso requer que o PT tenha um posicionamento claro em relação à alternativa da crise a partir do patamar em

que ela se encontra, sem prejuízo do que foi debatido. Ou seja, existiam alternativas melhores antes, mas, agora, no patamar em que ela se encontra, qual é a proposta do PT?

**A SRA. DEPUTADA MARIA DA CONCEIÇÃO TAVARES** - Moratória...

**O SR. RICARDO BERZOÍNI** - Exatamente, se for isso, tem de ser explicitado.

Em terceiro lugar, temos de resgatar um tema que considero fundamental e que corremos o risco de abandonar, que é a questão da CPI da privatização das teles, um tema que não pode ser superado, porque o que foi relatado aqui, no Congresso Nacional, pelo Mendonça de Barros, é explicitamente a falta de qualquer critério em relação à separação do Estado com os negócios privados.

Se não resgatarmos isso, mesmo com a crise sobrepujando a importância imediata da questão da CPI das telecomunicações, ou, até mais, da CPI do BNDES, da participação do BNDES no processo de privatização, corremos o risco de nos omitir diante desse tema.

Então, acho que devemos garantir o mais breve possível um programa de televisão para que o PT se exponha publicamente. Segundo, devemos discutir a questão da moratória e da crise financeira, explicitar nossa posição em relação ao posicionamento dos Governadores do PT e resgatar a questão da CPI da privatização das telecomunicações e de todo o processo de privatização no Brasil.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Déda) - Companheiro Berzoíni, descontada a resposta do Zé, gastou exatos 3 minutos.

Com a palavra o Deputado Welinton Fagundes.

**O SR. DEPUTADO WELINTON FAGUNDES** - Queria também saudar a "companheirada". Estive viajando pelo interior de alguns Estados nos últimos meses e o sentimento que percebo na população é que estamos vivendo um final de Governo, como se o Governo Fernando Henrique estivesse na fase final. Escutam-se muitas frases que sinalizam para um sentimento de traição da população.

Agora, o que percebo é que essas questões gerais ainda não levam a mobilizações. Vamos ter de aproveitar algumas situações pontuais para, a partir daí, termos níveis de mobilização mais fortes em âmbito nacional. Temos necessidade de propostas alternativas mais delineadas e massificadas para que se possa trabalhar. Uma das grandes questões levantadas é sobre as alternativas que o PT apresenta. É preciso apresentá-las de modo massificado e fazer com que os Parlamentares, as lideranças que têm mais acesso, possam travar esse debate no âmbito dos Estados.

Queria fazer uma pergunta ao Aloizio e à Conceição. Na última reunião que tivemos da bancada foi dito, pela análise que foi feita, que no modelo em que o Governo vinha trabalhando era impossível o crescimento, ou seja, se o País crescesse, agravava-se mais a crise e que, pelo que o Aloizio diz, com a liberação do câmbio há a possibilidade do crescimento, do desenvolvimento, através da balança comercial.

Queria que você aprofundasse um pouco mais esse tema. Basicamente era isso o que queria saber.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Déda) - Com a palavra o companheiro Jaques Wagner.

**O SR. DEPUTADO JAQUES WAGNER** - Companheiros, queria fazer uma espécie de observação do ponto de vista do nosso relacionamento e da nossa metodologia de trabalho. Por tudo que já foi dito aqui está claro que, como horizonte de futuro, o PT assume cada vez mais uma responsabilidade ímpar na história política do Brasil. E queria dizer a cada um dos 60 companheiros, com os quais vamos desfrutar dessa convivência de 4 anos, que quanto mais poder e responsabilidade temos - na minha opinião - temos de ter cada vez mais um pouco de humildade.

Estou dizendo isso porque o partido não conseguirá oferecer uma proposta à Nação se não demonstrar a sua capacidade de ser unitário na ação política que vamos empreender durante esses quatro anos.

Estou dizendo isso porque cada um dos sessenta companheiros que está começando um novo mandato ou continuando o seu mandato tem, evidentemente, a angústia, a ansiedade de responder ao partido, aos companheiros, ao movimento social, que nos colocou aqui e nos deu esta responsabilidade. Por vezes, passa pela nossa cabeça que a ação individual, pelo seu brilho, poderá ser mais importante que a unidade que a gente tenha na ação do partido político.

Então, estou querendo dizer aos companheiros, com toda sinceridade, que é importante a gente ter claro na cabeça que a ação coletiva da bancada é o elemento fundamental, para que a gente realmente possa credenciar-se perante a sociedade, e ter também a humildade de entender que nós somos time de futebol e felizmente não somos todos iguais: prefeitos têm determinado tipo de necessidade, de inserção; Governadores, outros; Parlamentares, outros. Nós vamos muito rápido na resposta ao nosso que falou diferente. Então, eu queria sugerir que a gente fosse um pouco mais cáustico na crítica aos de fora e um pouco mais moderados e mais lentos na crítica aos de dentro, o que, muitas vezes, faz com que se gaste muita energia.

Segundo, eu quero falar logo de um problema que a gente vai ter de enfrentar. O modelo que está sendo implantado no Brasil não convive com a democracia. Eu e os outros quatro companheiros que viemos da Bahia estamos, lá, num laboratório de experimentos daquilo que se pode fazer de mais truculento contra a democracia e contra o Parlamento para anular completamente o Poder Legislativo. Essa bancada vai, no dia 2 de fevereiro, enfrentar uma questão de violação da democracia no Parlamento. Nós já o enfrentamos uma vez, quando o Genoíno se colocou como candidato contra Luís Eduardo Magalhães, e teremos aqui uma sucessão que viola a regra democrática. E eu entendo que nós deveremos também ter a tranquilidade de nos posicionar frente à reeleição de Michel Temer e de Antônio Carlos Magalhães, independente das consequências estruturais ou de cargos que a gente possa ter de enfrentar. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Déda) - Companheiro Babá.

**O SR. JOÃO BATISTA BABÁ** - Bem, eu gostaria, primeiro, de uma forma retardada pelo tempo, de fazer minhas críticas aqui àquela ida do Lula ao Fernando Henrique e por não ter minimamente comunicado a todas estas Lideranças que estavam

aqui naquela noite, quando ficou com a gente até às 20h, e, às 23h, foi encontrar-se com o Fernando Henrique. Eu acho que ele deveria ter discutido isso aqui com a bancada. Mas é um fato que já passou.

O que eu quero dizer, na verdade, é que este partido tem que superar a sua fase de bom-mocismo. Acho que o Fernando Henrique vem tripudiando sobre a classe trabalhadora do País, e aqui, dentro desta sala, estão

representadas as principais forças políticas que dirigem a Central Única dos Trabalhadores, e, por conseguinte, nós temos a responsabilidade não apenas pelo partido, mas pela linha que a Central Única dos Trabalhadores tem que tomar de enfrentamento com Fernando Henrique, porque, na verdade, não foi apenas tardio no processo de discussão no período eleitoral; eu acho que nós fomos tardios no enfrentamento com Fernando Henrique nos quatro anos do seu Governo, e isso lhes possibilitou atuarem tranqüilamente para entregar o patrimônio público, e eu acho que o movimento sindical que nós representamos tem grande culpa nesse processo. Eu acho que nós temos que ter uma discussão séria, porque nós vamos estar dentro de um Parlamento que não vai ser muito diferente do resultado da votação de ontem. Eu não tenho o mínimo de ilusão com relação ao que... O que se vai repetir nas próximas votações será o mesmo que foi ontem neste Congresso Nacional: a vergonha que foi, certo?

E, portanto, se nós queremos ter uma atuação de combate ao Fernando Henrique aqui dentro, nós temos que organizar as massas aí fora para dar sustentação à nossa atuação dentro do Parlamento. Eu acho que isso é fundamental no sentido do combate efetivo ao Governo Fernando Henrique Cardoso. A situação que se apresenta hoje para os trabalhadores brasileiros não tem outra alternativa.

Eu quero aqui, inclusive, parabenizar os companheiros da CUT do Rio Grande do Sul, que, junto com o PT, outros partidos e a OAB, lançam uma nota, pedindo, ao final, efetivamente a auditagem da dívida e a suspensão do seu pagamento. Acho que há a necessidade de nós enfrentarmos esse debate, para mostrar à sociedade que é necessário que os nossos Governadores tomem a mesma posição do Sr. Itamar Franco, que pediu moratória. Não há forma melhor e mais firme de darmos apoio ao Sr. Itamar Franco do que os Governadores tomarem uma posição concreta com relação à situação da moratória dos Estados. Porque, senão, nós vamos estar tentando acreditar em Papai Noel, que é o que infelizmente o companheiro Jorge Viana tenta mostrar, porque acreditar no Fernando Henrique é acreditar que Papai Noel existe. Na verdade, acho que essa situação tem que ser de enfrentamento concreto de nossa parte, como Deputados eleitos que somos, representando uma classe trabalhadora.

O companheiro Lula tem uma responsabilidade muito grande dentro desse contexto, porque 21 milhões de votos é quase a totalidade da população argentina. Somada a população dos países vizinhos, a quantidade de votos que o companheiro Lula teve é superior, o que lhe impõe a obrigação de dar resposta a essa classe trabalhadora. E o Lula tem que vir na linha de frente do enfrentamento com o Fernando Henrique, junto com o partido, com a Central Única dos Trabalhadores, em aliança com o Movimento dos Sem-Terra, em aliança com a UNE, com a UBES, o movimento estudantil como um todo. Aí, sim, vamos ter condições de dar uma resposta, porque nós vamos ter de partir para derrotar este Governo. Não há por que ficar servindo de muleta para Fernando Henrique ou dando sustentação para ele alongar mais ainda essa situação que ele está criando de desespero para a classe trabalhadora do Brasil.

Deixo aqui o meu posicionamento favorável à suspensão do pagamento da dívida e de uma auditoria. Temos que discutir isso. A própria Deputada Maria da Conceição Tavares demonstrou que não há outra alternativa. Até para o Fernando Henrique não há outra alternativa, a não ser declarar a moratória, porque ele não vai ter condição de pagar.

Temos que nos antecipar e mostrar isso para a sociedade brasileira.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Déda) - Agora são 13h28min. Temos ainda inscritos oito companheiros, e outros requisitando inscrição.

Não quero cercear o debate. Eu acho que o debate está excelente, a qualidade das intervenções está muito boa, possibilitando à bancada uma discussão muito segura a respeito da conjuntura e das perspectivas que o País aponta. Mas quero lembrar que temos uma tarefa também de ordem organizativa, e temos de concluí-la à tarde, e que foi o que nos trouxe aqui.

Vou colaborar com os senhores, retirando a minha inscrição. Peço aos companheiros que não se inscreveram a tempo que desistam de suas inscrições e àqueles que, por alguma razão, se sintam representados nas intervenções dos demais que considerem a possibilidade de abrir mão de suas inscrições.

Estão inscritos os companheiros Carlito, Fernando Ferro, Ben-Hur, Avenzoar, Padre Roque, Zé Eduardo, Sandra Starling. O Déda saiu.

(Intervenções fora do microfone. Inaudíveis.)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Déda) - Antes de conceder a palavra ao companheiro Carlito, informo a todos que ainda há a possibilidade de novas inscrições, mas teremos problemas para cumprir a nossa agenda no que concerne aos outros pontos.

Temos ainda na pauta uma exposição do quadro sobre as reivindicações para compor a Comissão como membro, a questão das Vice-Lideranças, a questão da Presidência de Comissões e a questão do informe sobre o bloco partidário. Depois, vamos ter que debater como vamos encaminhar a eleição do Líder e a nossa intervenção no debate da Mesa. São 13h30min. Se quisermos deixar isso para depois, vamos passar o dia inteiro hoje debatendo conjuntura - não há problema nenhum - em prejuízo dos companheiros que querem ter alguma definição.

A Mesa está propondo não inscrever mais ninguém, pedindo desculpas aos companheiros que não se inscreveram; está voltando a apelar para quem puder abrir mão da inscrição que o faça e está pedindo que comecemos a tarde direto já na questão organizativa. Mas é óbvio que a Mesa aceita que a maioria dê outro encaminhamento, mas estou fazendo um apelo, porque estamos no risco de não cumprir a pauta, e não há como voltarmos aqui antes do dia 1º.

**O SR. AVENZOAR ARRUDA** - Sr. Presidente, por gentileza, um encaminhamento pessoal.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Déda) - Companheiro Avenzoar.

**O SR. AVENZOAR ARRUDA** - Sou um dos inscritos e também abriria mão. Agora, não quero abrir mão e deixar os outros inscritos. Qual é a sugestão? Não é possível encerrar e... sei lá... Se todos abrirem mão, concordo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Déda) - Temos oito com o companheiro... Temos sete inscritos.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Déda, queria fazer uma sugestão de encaminhamento. Você poderia organizar o tempo, para que nós, em conjunto, possamos deliberar o que vamos fazer. Quantas horas temos de reunião? Faça uma consulta sobre quem tem de ir embora e a que horas. A partir daí, vamos estabelecer coletivamente o que é prioritário. Se tivermos de votar, votamos, e, em consequência disso, definimos ou o tempo ou se

mantemos a inscrição, ou outra alternativa. Mas sugeriria que se organizasse a partir do tempo que temos, o objetivo que temos, e aí a gente resolve a questão das inscrições.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Déda) - Primeiro ...

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Déda, vou justificar. Entendo que os companheiros queiram manter a...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Déda) - Porque senão vai comer o tempo. Vamos começar a administrá-lo aqui e agora... (conversas paralelas)

Companheiros, se fizerem silêncio, ajudam também a resolver o problema. Nós temos de tempo de inscrições, se os companheiros forem religiosamente fiéis aos três minutos, mais 21 minutos de discussão. Temos de suspender pelo menos por uma hora para almoço. Depois, teremos de abrir pelo menos dois debates, sendo que o último deles vai consumir tempo, que é Liderança e Mesa. E nós temos aí, pela experiência geral, que, depois das 17h, o pessoal começa a tomar o rumo do aeroporto.

A minha proposta, volto a repetir, é suspender as inscrições - até porque já chegam a vinte e uma - suspender novas inscrições e fazer um apelo aos que continuam inscritos. Se o companheiro avaliar que pode, de alguma forma... Até porque esse não é o último debate, vamos continuar debatendo na conjuntura antes mesmo que os companheiros iniciem a atividade.

Então, a proposta da Mesa, viu, Arlindo, para que administre o tempo de modo que possamos... porque já sei a crise que vai dar se terminarmos hoje sem enfrentar o debate de organização da bancada e de sucessão da Liderança.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Déda, permita-me insistir.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Déda) - Permito.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Da maneira como você expôs, você está delegando a quem está inscrito se abre mão ou não. Acho que isso não pode ficar só na mão de quem está inscrito. Por isso é que coletivamente, insisto, devemos avaliar, porque senão, veja, é o que o Avenzoar falou: ele até abre mão, mas, se alguém quiser falar, ele também se sente no direito, e ele está certo. Os que vão se despedir, evidentemente...

**A SRA. DEPUTADA SANDRA STARLING** - Sr. Presidente, quero dizer que no meu caso é a última intervenção.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Claro.

**A SRA. DEPUTADA SANDRA STARLING** - Então, eu gostaria de falar.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Na minha opinião, concordaria que a Sandra e outros companheiros nessa condição falassem.

**(Não identificado)** - Só tem ela?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Déda) - Bom, o companheiro Carlito, num gesto de boa vontade, já abriu mão.

A proposta da Mesa é a seguinte: da lista de oradores, só a companheira Sandra não retorna. Isto é, seria a última intervenção dela pelo menos neste período aqui no Parlamento. Então, a Mesa está propondo que ouçamos a companheira Sandra, suspendamos as intervenções e saíamos para o almoço, retornando, às 14:30, ao Plenário 1, para continuarmos o debate.

Quem estiver contra, por favor, levante o braço. (Pausa.)

Aprovado por unanimidade.

Com a palavra a companheira Sandra, por três minutos.

**A SRA. DEPUTADA SANDRA STARLING** - Obrigada, companheiros. A responsabilidade passa a ser grande. Quero fazer três considerações principais. A primeira delas diz respeito à seguinte pergunta que não ouvi ninguém fazendo: por que Itamar Franco pôde declarar moratória e criar um fato político e Olívio Dutra não pôde fazer o mesmo? Vivemos um paradoxo onde, de um lado, as forças de sustentação dos nossos Governadores não permitem atitudes como a que foi tomada pelo Governador de Minas Gerais e, de outro lado, os nossos Governadores não entendem o que é pacto federativo e qual é o comportamento que devem ter diante do Governo Fernando Henrique Cardoso. O que hoje está no jornal do Jorge Vianna, amanhã estará no de outro, e depois de amanhã no de outro, e a bancada ficará não apenas com o Vítor. Como o Cristovam perdeu, nos esquecemos quantas vezes ele foi o nosso problema. Essa é uma questão que o partido tem que enfrentar. Não adianta só a bancada enfrentar. Segundo, eu estou de pleno acordo em que temos que ampliar nossas alianças, mas acho que a análise econômica vira uma análise à parte da política se não conseguirmos precisar quais são as camadas do empresariado que podem, efetivamente, romper com isso que está aí. Eu tenho a minha opinião, que inclui, necessariamente - vou dizer uma heresia -, os latifundiários, porque é uma das categorias que eu chamaria, como existem muitas outras que não chamaria, e se eu tivesse tempo defenderia por que eu me sentaria como partido com os latifundiários para formar essa aliança. E aí é que está: se queríamos ter hegemonia nesse novo processo, não poderíamos ter entrado com o Governo de Minas Gerais. Nós tínhamos que ter apoiado e não entrado, porque, ao entrarmos, nós estamos transformando o Itamar na nossa alternativa para 2002, e aí o resto é brincadeira. Então, não dá para ao mesmo tempo sonhar estrategicamente e atuar numa tática que lá na frente vai nos cobrar.

Por fim, companheiros, como o Rolim pediu, já que o quadro mudou, é preciso haver novidade na nossa atuação no Congresso Nacional. A principal que cabe a esta bancada é repensar como atuar aqui, porque não nos falta competência. A CPI das Teles não saiu - companheiro bancário que está aí atrás - não foi porque alguém desistiu ou porque ninguém teve competência. Este Congresso, enquanto Poder, acabou, e nós estamos aqui pensando que é uma questão de competência de uns e de outros conseguirmos fazer isso ou aquilo. A primeira tarefa da bancada, na minha opinião, é repensar como trabalhar no Congresso Nacional, fazendo dele um instrumento de embate maior com Fernando Henrique Cardoso.

Agradeço a vocês por terem-me deixado falar. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Déda) - O companheiro Greenhalgh também quer um tempo para apresentar suas despedidas e o seu abraço aos companheiros.

**O SR. DEPUTADO LUIZ EDUARDO GREENHALGH** - A minha última intervenção na atual Legislatura diz respeito ao episódio do tal Chapéu de Couro. Nós vamos ter uma reunião da Comissão de Sindicância, que apura o assassinato da Deputada Ceci Cunha, a partir das 14 horas, e por isso não poderei vir à tarde.

Não queria perder a oportunidade de dizer aos companheiros que estão chegando, aos que estão ficando e aos que estão saindo, como eu, que este período de 1999 vai marcar a reversão no quadro da cena política brasileira do nosso partido. Nunca fomos tão alternativa de poder na história do Partido dos Trabalhadores como passamos a ser agora, a partir da linha política que venhamos a adotar. Quero fazer um agradecimento a todos os companheiros da bancada por esses dois anos em que estive aqui, em especial aos Assessores da Liderança dos Partidos dos Trabalhadores, que são funcionários, que são assessores nos gabinetes. Quero deixar registrado o meu abraço, o meu agradecimento aos nossos companheiros que foram Líderes; ao companheiro José Machado, que me ensinou muita coisa aqui e ao companheiro Marcelo Déda, que me abriu muita perspectiva de trabalho na Casa.

É o Partido dos Trabalhadores: quem sai diz que saímos daqui, mas continuamos na militância; para quem fica, está estabelecida a imensa dimensão da responsabilidade que temos. Dizemos para vocês que estamos juntos, vamos à luta, viva o Partido dos Trabalhadores! (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Déda) - Muito obrigado, companheiro Luiz Eduardo Greenhalgh, que deu uma grande colaboração à nossa bancada como militante, como advogado, como companheiro. Sempre foi uma das referências da militância petista. Nos dois anos em que atuou conosco na Câmara dos Deputados - todos os que o conhecem já sabiam -, revelou-se um excelente Parlamentar, fazendo intervenções precisas, granjeando a simpatia e o respeito não apenas do PT, mas da Casa inteira.

Companheiro Luiz Eduardo Greenhalgh, boa sorte nesse um ano e meio em que vai ficar lá fora. Volte logo. Companheiros e companheiras, companheiro Paulo Paim, quero também dizer o seguinte: a companheira Sandra Starling foi uma Líder que, assumindo a responsabilidade de conduzir a bancada, portou-se dentro da tradição petista. Aliam-se a isso a sua brilhante inteligência, a sua simpatia e a sua capacidade de traduzir as posições do partido na disputa política.

Aqui estou vendo o companheiro Alcides Modesto, nosso bravo baiano, que tem raízes em Simão Dias (Palmas.). Atuando na área da reforma agrária e da agricultura; na área de direitos humanos, deu uma grande colaboração ao Partido dos Trabalhadores; atuando em plenário é o companheiro mais experiente, não o mais velho, mas o mais experiente. Até na hora de sair, ainda é responsável por ter-me dado a dica fundamental para o discurso de ontem, procurando orientar-me, dando-me "um toque". Alguém que sem dúvida alguma deixará imensas saudades na convivência do PT.

O meu querido companheiro Humberto Costa, Bertinho, candidato ao Senado por Pernambuco, desempenhou de forma brilhante o seu mandato aqui. Desempenhou a sua tarefa partidária em Pernambuco com extrema competência, garra e compromisso partidário, e, sem dúvida alguma, é outro que vai fazer falta, mais ainda a Milton Temer e a mim, que dividíamos com ele o apartamento na 302, era um dono de casa excelente, cuidadoso, um administrador capaz no seu lar.

Temos também o companheiro Nedson Micheleti, que foi nosso candidato ao Senado no Paraná, e está ali o nosso Senador do Maranhão.

No final, vamos ter condições de fazer essa homenagem aos companheiros que voltarão à militância desta bancada.

O companheiro Haroldo volta fortalecido pelo desempenho que teve no Senado, pois teve uma votação expressiva. Alguns vão ganhar dinheiro com o José Dirceu, em Brasília, dividindo um escritório de advocacia. O companheiro Hélio Bicudo está saindo; o companheiro Milton Mendes também, tendo obtido um excelente desempenho como candidato a Governador.

Portanto, são companheiros emblemáticos da ação partidária.

Há o companheiro Ivan Valente, valente no nome e valente na ação política e partidária, na disputa de idéias, sobretudo no enfrentamento dos nossos adversários, dos nossos inimigos.

E o companheiro Luciano Zica, que foi outra revelação neste mandato, atuando na área de minas e energia, mas atuando também no plenário, na disputa política que o partido enfrentou com grande competência. Revelou-se - não sei se isso o "queima"- um excelente negociador nos momentos em que o partido precisou de alguém que articulasse soluções de acordo.

Também o companheiro Geraldo Pastana, vice-Governador do Pará, companheiro de história do Partido dos Trabalhadores pela sua luta no campo, que representa muito bem a luta dos trabalhadores do Pará e que trouxe para cá a sua experiência.

E temos nossa querida Marta Suplicy, que trouxe para o debate parlamentar a contribuição de uma série de reivindicações e de novos temas que o Parlamento brasileiro não estava acostumado a debater. Ela trouxe uma inovação significativa, mostrando a amplitude da representação política e social do PT, e que também é uma vitoriosa com o resultado que obteve em São Paulo.

A Conceição Tavares teríamos que ficar aqui fazendo as maiores reverências, essa brava mulher que Portugal e o mundo nos emprestaram, para que a tradição ibérica e brasileira se unissem na luta por um país forte, justo e vocacionado para a liberdade. Conceição é uma presença freqüente nesta bancada, virá e será também uma presença nos ajudando aqui.

Aliás, despediu-se da Legislatura com uma belíssima intervenção, daquelas que, sem dúvida alguma, vai figurar nos Anais da Câmara dos Deputados, fazendo um contundente discurso de mulher de esquerda, de patriota, a respeito da crise brasileira e da sua superação.

O companheiro Luiz Gushiken, o nosso samurai, ao longo de três mandatos, revelou a sua capacidade organizativa, o seu talento de trabalhar no silêncio. Às vezes fez algum barulho ao trabalhar no silêncio. Cumpriu uma tarefa fundamental, articulando a bancada, o partido, na campanha do Lula. Esse homem zen, esse filósofo, sem dúvida alguma vai continuar a colaborar com o Partido dos Trabalhadores e vai fazer falta a todos nós.

O companheiro Luiz Alberto, da Bahia, nos dois anos em que esteve conosco, atuando na Comissão de Direitos Humanos, atuando na área sindical, trouxe a experiência de um negro que combate o racismo na Bahia, pela afirmação da contribuição do negro à cultura brasileira, pela democracia, pela luta da esquerda. Portanto, outro companheiro que também não voltará à bancada, mas continuará no coração de todos que o conheceram.

A Maria Laura e o companheiro Chico Vigilante são exemplos da ação política do PT no Distrito Federal. (Palmas.) A companheira Maria Laura e o Chico foram dois Presidentes do partido numa época difícil em que governamos o Distrito Federal. Foram dois companheiros capazes de dedicar a sua ação muito mais ao interesse do partido, aos objetivos gerais que tínhamos aqui em Brasília, às vezes se esquecendo de cuidar dos seus interesses enquanto candidatos. São dois companheiros que estarão conosco porque estarão também aqui em Brasília, ao nosso lado, colaborando para que possamos continuar a caminhada do Partido dos Trabalhadores. A companheira Joana Darc, mulher mineira, veio de Cataguazes trazer também o seu aporte de experiência e colaboração para a tarefa que esta bancada cumpriu ao longo dos últimos quatro anos.

O companheiro Vanio interveio há pouco com a sua força, com a sua coragem de cobrar posturas, mas também com o seu compromisso com a unidade partidária, que foi uma marca na sua atuação em nossa bancada. A todos esses companheiros, não sei se esqueci alguns, mas é sempre arriscado...

A companheira Esther Grossi vai voltar a nos deixar alegres pelas suas idéias e pelo colorido do seu cabelo também. Mas aí, companheiros, a todos esses amigos, a todos esses companheiros de luta, o nosso abraço e o desejo de que continuem na luta do Partido dos Trabalhadores, a contribuir não apenas com a bancada, mas com o povo do Brasil, para que possamos fazer deste País a grande Nação que ele sem dúvida será.

Muito obrigado.

É a tal coisa, os sete que foram cassados terão quatro anos para falar, e nós temos um resto de minutos para demonstrar carinho e afeto pelos que não voltarão...